



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA Nº 123/2026.

PREGÃO Nº 95/2026.

CONTRATANTE

Município de Ponta Grossa/PR.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

UASG: 987777.

Órgão: Secretaria Municipal de Administração.

Endereço: Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900. Ponta Grossa/PR.

OBJETO

A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para contratação de empresas para a prestação de serviços continuados de locação de máquinas e equipamentos pesados (linha amarela e transporte rodoviário), com operador, incluindo o fornecimento integral de combustíveis, lubrificantes e manutenção corretiva/preventiva, pregão eletrônico através do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 1** deste edital e demais.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA ESTA LICITAÇÃO

R\$ 40.948.440,00 (quarenta milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais).

DATA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE PREÇOS

Dia 16/06/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço - Por Item.

MODO DE DISPUTA

Aberto.

TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME / EPP / EQUIPARADAS

Sim / Não.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Sim / Não.

Licitação aberta a ampla concorrência, baseando-se no artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

LINKS ÚTEIS

[Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

[Diário Oficial do Município de Ponta Grossa/PR](#).

[Portal da Transparência](#).

[Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

[Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR](#).

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Pregoeiro: Joelmir Alex Wiest.

Portaria nº 26.034/2025.

E-mail: joelmir.wiest@pontagrossa.pr.gov.br

Telefone: (42) 3220-1000 - ramal 1003.

Horário: 08:00 até às 11:30 e das 12:30 até às 17:00.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Sumário

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO	1
LINKS ÚTEIS.....	1
1. DO OBJETO.....	4
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	10
3. DOS ANEXOS.....	11
4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR	11
5. DO REGISTRO DE PREÇOS	13
6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	13
7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO	16
9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES	17
10. DA FASE DE JULGAMENTO	20
11. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO.....	23
12. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	24
13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	24
14. DA FASE DE HABILITAÇÃO	26
15. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO	28
16. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO	31
17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	32
18. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	32
19. DOS RECURSOS	33
20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	34
21. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	34
22. PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS.....	34
23. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	34
24. CADASTRO DE RESERVA	36
25. CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	36
26. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO	37
27. DO REAJUSTE CONTRATUAL.....	37
28. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL	37
29. DO REEQUILÍBRIO.....	38
30. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	38
31. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	39
32. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.....	39
33. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	40
34. DO TERMO DE CONTRATO.....	42





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

35. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	43
36. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	44
ANEXO 1	47
ANEXO 2	71
ANEXO 3	73
ANEXO 4	74
ANEXO 5	75
ANEXO 6	76
ANEXO 7	84
ANEXO 8	96
ANEXO 9	100





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2026.

Torna-se público que o **Município de Ponta Grossa/PR**, através do Departamento de Compras e Contratos da Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Visconde de Taunay, 950, no bairro da Ronda, nesta cidade, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 26.034/2025, realizará a licitação sob a modalidade **pregão eletrônico - SRP**, do tipo menor preço - Por Item, conforme descrito neste edital e seus anexos.

O presente pregão é baseado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Decreto nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, todas com as alterações posteriores e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Este edital está disponível aos interessados no Portal da Transparência, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda disponibilizado no portal do Compras.gov.br, plataforma onde será realizado o processo deste certame.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para contratação de empresas para a prestação de serviços continuados de locação de máquinas e equipamentos pesados (linha amarela e transporte rodoviário), com operador, incluindo o fornecimento integral de combustíveis, lubrificantes e manutenção corretiva/preventiva, através do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 1** deste edital e demais.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 Grupos / Lotes / Itens

OBS.: A especificação técnica dos itens é obtida por meio de aproximações com os códigos CATMAT/CATSER, não sendo passível de edição pelo órgão promotor do certame. Assim, sempre que houver divergência entre a especificação apresentada no sistema Compras.gov.br e a descrição constante no Termo de Referência ou no Edital, prevalecerá a especificação contida no Edital.

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.372.100,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Mini-escavadeira. Quantidade de máquinas: 5 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.372.100,00	1.372.100,00

LOTE 2

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.652.600,00.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Mini-carregadeira. Quantidade de máquinas: 5 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.652.600,00	1.652.600,00

LOTE 3

Valor Máximo do Lote: R\$ 2.273.180,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Retroescavadeira. Quantidade de máquinas: 7 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	2.273.180,00	2.273.180,00

LOTE 4

Valor Máximo do Lote: R\$ 2.250.960,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Escavadeira hidráulica. Quantidade de máquinas: 4 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	2.250.960,00	2.250.960,00

LOTE 5

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.329.000,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Varredeira mecânica. Quantidade de máquinas: 3 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.329.000,00	1.329.000,00

LOTE 6

Valor Máximo do Lote: R\$ 175.280,00.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Pintura airless. Quantidade de máquinas: 2 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	175.280,00	175.280,00

LOTE 7

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.293.300,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Triturador de resíduos. Quantidade de máquinas: 3 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.293.300,00	1.293.300,00

LOTE 8

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.306.020,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Serra corta-piso mecânica. Quantidade de máquinas: 3 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.306.020,00	1.306.020,00

LOTE 9

Valor Máximo do Lote: R\$ 2.171.900,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Roçadeira hidráulica. Quantidade de máquinas: 5 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	2.171.900,00	2.171.900,00

LOTE 10

Valor Máximo do Lote: R\$ 2.249.700,00.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Cortador de grama robô pequeno porte. Quantidade de máquinas: 5 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	2.249.700,00	2.249.700,00

LOTE 11

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.654.640,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Caminhão pipa "toco" - 8.000 L. Quantidade de máquinas: 4 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.654.640,00	1.654.640,00

LOTE 12

Valor Máximo do Lote: R\$ 3.263.400,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Caminhão pipa "truck" - 16.000 L. Quantidade de máquinas: 6 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	3.263.400,00	3.263.400,00

LOTE 13

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.665.240,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Caminhão pipa "carreta" - 30.000 L. Quantidade de máquinas: 2 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.665.240,00	1.665.240,00





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

LOTE 14

Valor Máximo do Lote: R\$ 7.020.200,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Caminhão basculante "truck" - 12 m³. Quantidade de máquinas: 10 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	7.020.200,00	7.020.200,00

LOTE 15

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.958.940,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Munck pequeno / leve (6/8 ton). Quantidade de máquinas: 3 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.958.940,00	1.958.940,00

LOTE 16

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.638.240,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Munck médio (15/20 ton). Quantidade de máquinas: 4 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.638.240,00	1.638.240,00

LOTE 17

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.015.040,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Munck pesado (30 ton). Quantidade de máquinas: 2 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.015.040,00	1.015.040,00





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

LOTE 18

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.564.740,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Cortador de grama robô grande porte. Quantidade de máquinas: 3 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.564.740,00	1.564.740,00

LOTE 19

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.248.420,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Caminhão de transporte (cabine auxiliar). Quantidade de máquinas: 3 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.248.420,00	1.248.420,00

LOTE 20

Valor Máximo do Lote: R\$ 559.680,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Pá carregadeira para 3 m³. Quantidade de máquinas: 1 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	559.680,00	559.680,00

LOTE 21

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.514.000,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Trator esteira d-8. Quantidade de máquinas: 1 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	1.514.000,00	1.514.000,00





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

LOTE 22

Valor Máximo do Lote: R\$ 705.740,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Vibro acabadora. Quantidade de máquinas: 1 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	705.740,00	705.740,00

LOTE 23

Valor Máximo do Lote: R\$ 442.100,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Rolo de pneu. Quantidade de máquinas: 1 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	442.100,00	442.100,00

LOTE 24

Valor Máximo do Lote: R\$ 624.020,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
4030	1	Locação de máquina com operador. Caminhão espargidor - 5.000 L. Quantidade de máquinas: 1 und. Quantidade estimada de horas a serem trabalhadas: 2.000. Mais informações no termo de referência.	SVÇ	1	624.020,00	624.020,00

1.4 Valor máximo estimado para este Pregão: R\$ 40.948.440,00 (quarenta milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais).

1.5 Informa-se que este valor é uma estimativa inicial para a fase de lances e disputa deste pregão pelos licitantes.

1.6 As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e poderá haver a elaboração do Termo de Contrato ou a sua substituição por outro instrumento equivalente, similar e legal, da forma prevista na lei nº 14.133/2021.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 O orçamento estimado desta licitação não será de caráter sigiloso.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

2.2 A indicação da dotação orçamentária será efetivada apenas na emissão das contratações, que será vinculada à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício.

2.3 Esta licitação ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

19.003.18.542.0093.2.170.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
19.004.18.542.0093.2.173.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
19.005.18.541.0093.2.177.3.3.90.39.00.00. - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
19.006.18.542.0093.2.184.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
19.008.18.541.0093.2.192.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
19.010.15.452.0202.2.341.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.003.15.452.0088.2.055.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12.001.27.122.0010.2.092.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06.002.20.606.0104.2.034.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
04.003.04.122.0017.2.013.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

2.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondente.

3. DOS ANEXOS

3.1 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

ANEXO 2 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O LICITANTE VENCEDOR.

ANEXO 3 - DECLARAÇÕES CONJUNTAS.

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DAS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

ANEXO 5 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PARQUE DE MÁQUINAS E EQUIPE TÉCNICA.

ANEXO 6 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO 7 - MINUTA DO CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO 8 - PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO.

ANEXO 9 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

3.2 Os valores constantes do anexo 1, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

3.3 O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR

4.1 Este pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia - em todas as suas fases através de **Pregão eletrônico no Compras.gov.br**.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

4.2 A participação neste Pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.4 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

4.5 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

4.6 A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10 Os trabalhos serão conduzidos preferencialmente por empregado efetivo municipal, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Compras.gov.br, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- j) encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;
- k) declarar o vencedor;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.11 A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e também todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

6.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.3 Que não estejam cumprindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

6.4 O proponente precisa estar ciente de todos os documentos de habilitação exigidos, bem como precisa ter ciência das informações e obrigações decorrentes desta licitação.

6.5 Não será concedido nesta licitação tratamento favorecido para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6.6 É vedada a participação de empresas que:

- a) aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto desta licitação;
- c) concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- f) empresas estrangeiras que não tenham representação ou filial no País;
- g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- k) agente público do órgão ou entidade licitante;
- l) organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), atuando nessa condição.

6.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

6.8 O impedimento de que trata o item 6.13 “g” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.13 “e” e 6.13 “f” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.11 O disposto nos itens 6.13 “e” e 6.13 “g” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.13 A vedação de que trata o item 6.14, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria jurídica.

7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

7.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência quando indicados no Termo de Referência, para usufruir do benefício.

7.6 O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.7 No item exclusivo para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

7.8 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (ME), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa.

7.9 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada, ou por superação dos limites de receita bruta anual, de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

7.10 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

- a) cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

7.11 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 e/ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, e neste edital.

7.12 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.13 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

7.14 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.17 Caberá ao licitante interessado em participar desta licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.18 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.19 Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preço no dia 05/05/2026.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 O preenchimento da(s) proposta(s) no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor ou desconto unitário do item;

8.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

8.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.1 As propostas que ao final da disputa e da negociação estiverem com valores superiores ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item/grupo) poderão ser desclassificadas.

8.2 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.3 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8.4 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

8.5 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

8.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização competentes, após o devido processo legal.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste edital.

9.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Comissão de Apoio e os licitantes.

9.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.8 Ante a previsão contida no art. 19 da IN nº 73/2022, Acórdão nº 1.625/2021 - TCU-Plenário, visando coibir a oferta de descontos irrisórios por parte de licitantes, prática que prejudicaria a competitividade em certames e, por consequência, a obtenção de melhores propostas, e como não há determinação nas normativas em relação ao valor a ser estabelecido para o intervalo mínimo entre lances, o qual fica submetido ao critério discricionário do órgão contratante, fica definido que:

a) a estipulação do percentual a ser definido no edital está na esfera discricionária do órgão, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à medida que a legislação não determina o valor que se deve nele inserir;

b) diante disso, poderá ser estabelecido o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta poderá ser de 0,5% (cinco décimas por cento), podendo ser convertido em valor numérico (R\$ - reais) conforme artigo 57 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.15 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021.

9.16 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.

9.17 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

9.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.19 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

9.20 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.21 Nessas condições, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.22 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.23 Caso a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.27 Em conformidade com o disposto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê como critério de desempate entre duas ou mais propostas o desenvolvimento de programa de integridade pelos licitantes, esta Administração Pública Municipal informa que adotará tal critério neste certame, seguindo as regras da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 até que haja regulamentação específica local, para não comprometer a isonomia, a transparência e a segurança jurídica do processo licitatório.

9.28 A comprovação, caso seja exigida, pode se dar através de documentos que descrevem a estrutura do programa, como a cópia do Código de Ética e Conduta, cópia dos Relatórios de Implementação e Monitoramento do Programa atestando a realização de avaliações de risco, treinamentos, canais de denúncia e a resposta a desvios.

9.29 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.30 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.32 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

9.33 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.34 A negociação será realizada por meio do sistema e terá como tempo de duração para manifestação do licitante convocado o período de cinco (cinco) minutos, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.35 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.36 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

9.37 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.38 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.13 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sicaf;
- b) Regularidade referente a punições vigentes aplicadas mediante a apresentação da Certidão Negativa Correicional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNJ;
- d) Consulta consolidada de pessoa jurídica - TCU;
- e) Cadastro de restrições ao direito de contratar / exercer cargo em comissão - TCE/PR;
- f) Cadastro de empresas penalizadas - PMPG/PR.

10.2 Poderá o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a seu critério, promover a juntada das certidões do item 10.1, juntamente com os documentos de habilitação. A não apresentação dos documentos acima não acarretará na inabilitação do licitante.

10.3 A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- 10.4** Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Pregoeiro/Comissão de Apoio diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.6** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 10.7** Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.8** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.9** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.10** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 10.11** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 10.12** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 10.13** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 10.14** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 10.15** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) contiver vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
 - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.16** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, especialmente quando os valores de desconto ofertados forem superiores a 50% (cinquenta por cento), deverá o Pregoeiro/Comissão de Apoio conceder prazo de 24 horas para o licitante demonstrar documentalmente a exequibilidade de sua proposta comercial, tendo em vista a inversão do ônus da prova, conforme Acórdão nº 1.927/2024 do Tribunal Pleno do TCE/PR e conforme Instrução Normativa nº 73/2022, art. 34.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

10.17 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.18 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10.19 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.20 Para fins de julgamento da proposta, será considerada a proposta final enviada pelo licitante. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para o município de Ponta Grossa/PR, o licitante poderá, mediante justificativa, corrigir ou alterar a marca ou modelo do item, com a anuência da Administração Pública. Esta julgará a proposta final do licitante, observando as especificações do item com base no Termo de Referência.

10.21 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

10.22 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

10.23 Os resultados das avaliações serão publicados em Diário Oficial do Município (DOM), juntados ao processo eletrônico e divulgados por meio de anexos no sistema.

10.24 O Pregoeiro/Comissão de Apoio realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

10.25 O Pregoeiro/Comissão de Apoio concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

10.26 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.27 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.28 O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, através de e-mail ou do campo próprio do sistema, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

a) o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

b) dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

c) dessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas.

10.29 Havendo necessidade, o Pregoeiro/Comissão de Apoio suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

10.30 O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

10.31 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.32 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

11. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO

11.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

11.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.6 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.8 Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, somente durante a disputa de lances.

11.9 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

11.10 O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

11.11 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Comissão de Apoio persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.14 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

12. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

12.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via chat de comunicação do pregão para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;

c) não sendo vencedora a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1 A proposta apresentada pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será analisada quanto à sua aceitabilidade, observando-se os seguintes critérios:

13.1.1 Compatibilidade com o preço estimado da contratação, podendo ser desclassificada a proposta que apresentar valor global ou unitário superior ao estimado pelo Edital, salvo negociação e justificativa devidamente aceita pela Administração;

13.1.2 Exequibilidade dos preços ofertados, com análise detalhada da composição dos custos de mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, insumos, equipamentos, transporte, benefícios e demais despesas envolvidas, bem como o lucro, considerando-se indícios como valores





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

manifestamente inexecutáveis ou incompatíveis com os custos de mercado, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;

13.1.3 Conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, sendo desclassificada a proposta que não atenda às exigências mínimas estabelecidas;

13.1.4 Conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou instrumento coletivo aplicável, especialmente quanto a salários, pisos da categoria, benefícios obrigatórios, adicionais legais e encargos, quando aplicável;

13.1.5 Adequação da planilha de composição de custos e formação de preços, quando exigida, verificando-se a coerência entre os insumos, quantitativos e valores apresentados, devendo apresentar, de forma clara e detalhada, todos os componentes da remuneração dos profissionais e dos custos indiretos;

13.1.6 Compatibilidade entre o quantitativo de profissionais, jornada de trabalho e escala de execução com as exigências previstas no Termo de Referência;

13.1.7 Adequação dos custos indiretos e do BDI, quando aplicável, incluindo despesas administrativas, tributos e lucro;

13.1.8 Regularidade formal da proposta, incluindo a correta identificação do objeto ou descrição dos serviços, quantitativos, prazos, condições de execução e demais elementos exigidos no edital;

13.1.9 Análise de eventual erro material, podendo o pregoeiro promover diligência para esclarecimentos, desde que não implique alteração substancial da proposta;

13.1.10 Negociação, quando cabível, com o licitante melhor classificado, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

13.2 Poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade da proposta, sendo facultado ao licitante comprovar a viabilidade de seus preços mediante apresentação de documentos complementares.

13.3 Será desclassificada a proposta que:

13.7.1 Contenha vícios insanáveis;

13.7.2 Não obedeça às especificações técnicas;

13.7.3 Apresente preços inexecutáveis ou permaneça acima do orçamento estimado, quando não houver negociação exitosa;

13.7.4 Não apresente, quando solicitado, os documentos comprobatórios de exequibilidade.

13.4 Documentos para análise da exequibilidade, quando a oferta final ultrapassar o montante de 50% de desconto em relação ao valor estimado do item / grupo:

13.8.1 Planilha de composição de custos e formação de preços;

13.8.2 Comprovação de custos diretos, indiretos e de insumos (notas fiscais, contratos com fornecedores, tabelas oficiais);

13.8.3 Convenção coletiva de trabalho (quando envolver mão de obra);

13.8.4 Demonstração de encargos sociais e trabalhistas.

13.5 Documentos para análise técnica:

13.9.1 Catálogos / fichas técnicas / prospectos / manuais / catálogo técnico do produto ofertado para análise das especificações técnicas, compatibilidade, desempenho e averiguação da qualidade e adequação técnica conforme as exigências do edital.

13.9.2 Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade compatível em características e prazos com o objeto desta licitação (locação de maquinário pesado e/ou serviços de zeladoria operacional);

- *Nota: A comprovação deverá incidir sobre as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo (itens que representem valor igual ou superior a 4% do valor total estimado), podendo ser exigida em quantidades mínimas de até 50% do estimado.*





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

13.9.3 Certidão de registro ou inscrição na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA), da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s), em plena validade;

13.9.4 Indicação de profissional de nível superior, devidamente registrado no conselho profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (ART) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação;

13.9.5 Declaração de disponibilidade: Declaração formal de que a empresa dispõe, ou disporá na data da contratação, do parque de máquinas e equipe técnica (operadores) necessários para a execução fiel do objeto, conforme as especificações deste TR;

13.6 Documentos para validação da proposta comercial final:

13.10.1 Proposta atualizada após a fase de lances;

13.10.2 Declaração de validade da proposta;

14. DA FASE DE HABILITAÇÃO

14.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 A habilitação dos fornecedores não será verificada exclusivamente por meio do SICAF, devendo o licitante apresentar os documentos de habilitação exigidos no item 14, bem como os anexos do edital. Portanto, a apresentação do documento do SICAF não substitui a apresentação dos documentos de habilitação do item 14.

14.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.5 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

14.6 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

14.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos ou nos documentos exigidos no edital.

14.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.10 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

14.11 A verificação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

14.12 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente do tipo PDF, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da convocação/solicitação do Pregoeiro/Comissão de Apoio.

14.13 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

14.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.15 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

14.16 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

14.17 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.12, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, para sanear os comprovantes de habilitação para atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, no prazo mínimo de duas horas para:

- a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

14.18 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

14.19 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

14.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

14.24 A condição de pré-existência do documento de habilitação será avaliada, tendo por base a data de abertura da sessão pública do certame quanto ao licitante vencedor, e a data do aceite, após a convocação, quanto aos licitantes remanescentes.

14.25 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de duas horas até cinco dias úteis, a depender da documentação solicitada, sob pena de inabilitação. (Art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67/2021).

14.26 Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

15. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1 Da inserção de documentos

14.1.1 Os licitantes deverão apresentar a situação de regularidade na forma dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021, sendo os documentos a serem apresentados para cumprimento destas exigências conforme relação abaixo.

14.1.2 Não serão aceitos documentos enviados via e-mail.

14.1.3 Documentos encaminhados e que estejam ilegíveis, impossibilitando a análise por parte do Pregoeiro, poderão sofrer diligência para sanar a dúvida.

14.1.4 A proposta final e os documentos de habilitação e documentação técnica deverão ser anexados em campo próprio no sistema Compras.Gov no prazo de até 2 (duas) horas após o término da fase de disputa do certame, preferencialmente em formato PDF. Somente da empresa indicada como vencedora.

14.1.5 Em relação as assinaturas dos documentos exigidos no momento da habilitação, todos deverão estar assinados, podendo ser de forma digital, eletrônica, física ou com firma reconhecida em cartório, pelo representante legal da proponente.

14.1.6 Recomenda-se que preferencialmente sejam no formato digital ou eletrônico.

15.2 Da habilitação jurídica

15.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

15.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

15.2.3 Registro comercial, no caso de empresa individual.

15.3 Da habilitação fiscal, social e trabalhista

15.3.1 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**).





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

15.3.2 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal (dívida ativa)** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

15.3.3 No caso de municípios que mantêm **Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados**, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

15.3.4 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

15.3.5 Prova de regularidade relativa à **Fazenda Nacional**, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, através da **Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

15.3.6 Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011).

15.3.7 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

15.3.8 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Caso seja isento a licitante deverá apresentar declaração informando tal situação ou a declaração narrativa).

15.4 Da habilitação econômico-financeira

15.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante.

15.4.2 Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

15.4.3 A certidão negativa de falência do Distrito Federal, só será aceita, quando a empresa licitante tiver sua sede naquela unidade federativa.

15.4.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois (2) últimos exercícios sociais.

15.4.5 A comprovação da situação financeira será avaliada pelos seguintes critérios: I - Obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,0 (um); II - Comprovação de Patrimônio Líquido (PL) mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação (ou do lote arrematado), como garantia de solvência para os custos operacionais (combustível, manutenção e salários).

Obs.: Considerando que a contratação possui natureza de serviço contínuo e envolve valores de vulto e risco operacional, a comprovação da saúde financeira da licitante será feita mediante apresentação de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

15.4.6 Os documentos solicitados no item 14.4.4 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois (2) anos.

15.5 Da habilitação técnica-profissional e/ou operacional

15.5.1 Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade compatível em





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

características e prazos com o objeto desta licitação (locação de maquinário pesado e/ou serviços de zeladoria operacional);

- *Nota: A comprovação deverá incidir sobre as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo (itens que representem valor igual ou superior a 4% do valor total estimado), podendo ser exigida em quantidades mínimas de até 50% do estimado.*

15.5.2 Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

15.5.3 Comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA), da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s), em plena validade;

15.6 Da participação de empresas em consórcio

15.6.1 Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, além dos documentos exigidos acima, devem ser apresentados os seguintes:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

15.7 Das declarações

15.7.1 A(s) declaração(ões) devem(rão) ser assinada(s), podendo ser de forma digital, eletrônica ou física pelo representante legal da proponente, com timbre e identificação da empresa e com data:

- a) declarações conjuntas.
- b) declaração de cumprimento as normas de medicina e segurança do trabalho.
- c) declaração de disponibilidade de parque de máquinas e equipe técnica.

15.7.2 Poderá ser utilizado o(s) modelo(s) da(s) declaração(ões) no(s) anexo(s) do edital.

15.7.3 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

15.7.4 Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

15.7.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 43 da Lei nº 147/2014.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

15.7.6 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

15.7.7 É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

15.7.8 As declarações falsas relativas ao cumprimento de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

15.7.9 Na falta de validade expressa nas Certidões Negativas e/ou documentos emitidos sem prazo de validade, deverão ser apresentados com data de emissão inferior ou igual 90 (noventa) dias corridos.

16. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO

16.1 As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

16.2 Não serão aceitos documentos para habilitação enviados via Correios ou via e-mail.

16.3 Documentos técnicos solicitados no edital, serão analisados pela Comissão Técnica/representante informado em edital.

16.4 Após a emissão do empenho ou Termo de Contrato a empresa será convocada para entrega do objeto.

16.5 Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias da efetiva entrega do objeto, pelo fiscal do Termo de Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

16.6 Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até dez dias da efetiva entrega do objeto.

16.7 Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução.

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

16.8 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.9 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de cinco dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante relatório de fiscalização.

a) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

16.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Contrato.

16.11 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

16.12 Caso haja problemas na inserção dos documentos a empresa deverá entrar em contato com o suporte do sistema eletrônico, para saná-los, por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados via sistema eletrônico - chat - para acompanhar a sessão reaberta.

18. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 Até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório, e deverão ser encaminhados via e-mail informado no edital.

18.2 Caberá ao Pregoeiro encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo setor técnico responsável ou pela Procuradoria Jurídica, conforme o caso.

18.3 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (razão social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e/ou e-mail).

18.4 Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro e divulgados em sítio eletrônico oficial do município de Ponta Grossa/PR (Portal da Transparência) no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 e art. 81 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

18.5 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.6 Quaisquer pessoas são partes legítimas, inclusive os interessados em participar da licitação, poderão impugnar os termos do presente edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 em até três dias úteis, antes da realização do certame, devendo se manifestar via e-mail, cabendo ao Pregoeiro encaminhar o pedido aos responsáveis para análise e decisão sobre a impugnação.

18.7 A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial do município de Ponta Grossa/PR (Portal da Transparência), no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.8 As impugnações poderão suspender os prazos previstos no certame.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

18.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.10 A petição pleiteando a impugnação deverá ser direcionada ao Pregoeiro, e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.

18.11 A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, poderá não ser conhecida.

18.12 Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

19. DOS RECURSOS

19.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

19.2 O prazo recursal é de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

19.3 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção em campo próprio de sistema, que será incluído no processo da licitação, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de três dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

19.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

19.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

19.6 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que se encontra definida no Decreto Municipal nº 21.500/2023, em seu art. 16, inciso VIII.

19.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal da Transparência.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

19.13 A falta de manifestação no prazo estabelecido em edital, autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

19.14 A manifestação deve especificar o fato que justifica a alegação de inexecutabilidade da proposta, de não atendimento de requisito de habilitação, ou de outra causa que impõe a revisão do ato que declarou o vencedor do certame.

19.15 Os recursos deverão conter a qualificação do recorrente, a decisão recorrida, as razões do recurso, o pedido de nova decisão e já deverão ser instruídos com todos os documentos que o recorrente achar pertinente para a comprovação das suas alegações.

19.16 O recurso somente terá eficácia se o representante legal da recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste Pregão.

19.17 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

19.18 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital se excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

19.19 A decisão final proveniente das impugnações e recursos será publicada no Diário Oficial do município de Ponta Grossa/PR e no Portal da Transparência juntamente com o parecer jurídico, sendo que deste ato não caberá recurso.

20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

20.1 O objeto da licitação será adjudicado / homologado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

21. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 Poderá ser admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, desde que prevista no Termo de Referência.

22. PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

22.2 Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

23. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 Após a homologação da licitação, o fornecedor melhor classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados.

23.2 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada, aceita pela Administração.

23.3 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

23.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e formalizar nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.5 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

23.6 Será incluído na ata:

a) a relação dos fornecedores pela ordem de classificação final no processo licitatório e as respectivas quantidades a serem fornecidas;

b) o preço unitário do primeiro classificado com a menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;

c) o valor total estimado para aquisição;

d) os órgãos ou demais entes usuários do registro;

e) a alusão do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos e nas propostas, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

23.7 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

23.8 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

23.9 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos. O ato de prorrogação da vigência deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

23.10 Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

23.11 Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes e/ou entes, devidamente autorizados pelo órgão gerenciador, mediante consulta das informações de consumo dos exercícios anteriores.

23.12 Diante da prorrogação da vigência e renovação do saldo original, os limites de adesões previstas nos § 4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 serão todos restabelecidos, não cumulando com adesões do período anterior.

23.13 É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora do mesmo objeto, sem prejuízo das disposições do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

23.14 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

23.15 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

23.16 A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral, inclusive quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro.

23.17 Com relação aos acréscimos ou supressões só será possível quando houver instrumento de contrato.

23.18 Havendo alteração na Ata, estas poderão ser realizadas por aditivo.

24. CADASTRO DE RESERVA

24.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) mantiverem sua proposta original.

24.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

24.3 O registro a que se refere o item 26.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

24.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

24.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- b) quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

24.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

25. CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

25.3 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços têm características próprias e geram efeitos contratuais, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas na legislação vigente.

25.4 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

25.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

25.6 Havendo alteração contratual, estas poderão ser realizadas por aditivo.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

25.7 A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, assinar ou retirar o instrumento contratual equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações passíveis: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, e impedimento de licitar pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos, conforme art. 5º, II e art. 8º, VII, ambos do Decreto Municipal nº 21.635/2023.

25.8 Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato, do objeto em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros remanescentes, na ordem de classificação ou promover nova licitação.

26. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO DO CONTRATO

26.1 Quando exigida a prestação de garantia de proposta / contratual, será conforme estabelecido no Termo de Referência e legislação vigente.

26.2 O reajuste de preços será aplicado sobre o valor contratual vigente, mantendo-se o percentual de desconto ofertado pelo Contratado na proposta que resultou na adjudicação do objeto, de modo a preservar a equação econômico-financeira inicial do ajuste.

27. DO REAJUSTE CONTRATUAL

27.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 05/05/2026.

27.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

27.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

27.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

27.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

27.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

28. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL

28.1 Para aditivos de valores cujos serviços e materiais não constarem do orçamento inicial deverão ser integrados com a Tabela SINAPI atualizada, e na falta desta, por meio de Pesquisa de Preço, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, aplicado menos o desconto da proposta e mais o BDI ofertado, no caso de obras e serviços de engenharia.

28.2 A fórmula relativa ao item anterior é: (X) valor do aditivo a ser realizado, (A) o valor do item resultante da Tabela SINAPI/Pesquisa de Preço, (B) menos a taxa de desconto ofertada pela licitante, (C) somado ao BDI de__%, logo: $X = A - B + C$.

28.3 Os custos que se refere o item 25.7, incluídos em aditivos, terão como referência para o cálculo do reajuste a data do orçamento ou proposta específica de cada aditivo, reconhecendo que cada aditivo





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

possui base de cálculo distinta.

28.4 O prazo mínimo de um ano para aplicação de reajustes subsequentes será contado a partir da data do último reajuste efetivamente aplicado à respectiva parcela ou serviço do contrato, de modo que o contrato original e cada aditivo mantenham bases e prazos próprios para reajustes.

29. DO REEQUILÍBRIO

29.1 A análise de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro levará em consideração, de forma preponderante, se a alteração do custo não se enquadra na álea ordinária (riscos normais e previsíveis) assumida pelo contratado no momento da apresentação de sua proposta.

29.2 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

29.3 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

29.4 O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por aditivo contratual.

29.5 Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

29.6 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

29.7 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

30. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30.1 Os preços registrados poderão ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, tendo por data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 05/05/2026, desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

30.2 Os preços registrados poderão ser alterados, mediante comprovações e justificativas, conforme tópico da "NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS".

30.3 O reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados será assegurado desde que não existam preços menores registrados e que o pedido não se enquadre dentro da margem de risco suportável pelo fornecedor.

30.4 Em caso de concessão, o reequilíbrio será limitado à diferença do percentual que exceder a taxa de risco prevista na contratação.

30.5 A atualização anual e a alteração dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

31. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

31.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

31.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

31.3 Na hipótese prevista no item 23 o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

31.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

31.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

31.6 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.635/2023 e na legislação aplicável.

31.7 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será convocado os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

31.8 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

31.9 Na hipótese de comprovação o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

31.10 A alteração nos valores praticados dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

32. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

32.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) houver o descumprimento das condições da Ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da Ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

32.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

32.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

32.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

32.5 O cancelamento do Registro de Preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

33. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

33.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

33.2 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

33.3 Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

33.4 De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

33.5 De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) para aquele que não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

d) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

33.6 De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato.

33.7 De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

33.8 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento.

33.9 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

33.10 Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

33.11 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

33.12 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

33.13 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

33.14 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

33.15 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

33.16 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto nº 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

33.17 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

34. DO TERMO DE CONTRATO

34.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

34.2 O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

34.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até cinco dias; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de cinco dias para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

34.4 O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

a) a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

34.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

34.6 A Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) do Município de Ponta Grossa/PR poderão se beneficiar dos quantitativos contratados, conforme previsto no edital e no Termo de Referência (anexo 1).

34.7 A participação se dará mediante manifestação formal das entidades interessadas, observando os procedimentos administrativos cabíveis.

34.8 Os quantitativos previstos poderão ser ajustados conforme necessidade da Administração Direta e/ou Indireta, respeitando os limites definidos no instrumento convocatório.

34.9 Cada ente ou entidade participante firmará seu próprio contrato, assegurando os quantitativos especificados no Termo de Referência, garantindo a execução do objeto conforme as especificações estabelecidas.

34.10 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

34.11 A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no sistema de registro de preços.

34.12 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

34.13 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

34.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

34.15 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

34.16 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

34.17 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, formalizado via aditivo contratual.

35. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

35.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

35.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) o órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

35.3 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

35.4 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

35.5 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

36. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

36.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro informará nova data e horário, via sistema, desde que não haja comunicação em contrário.

36.3 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

36.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

36.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

36.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

36.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

36.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

36.9 Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

36.10 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.Gov (Catmat/Catserv) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

36.11 O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município de Prefeitura de Ponta Grossa/PR - [Portal da Transparência](#).





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

36.12 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

36.13 É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

36.14 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

36.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

36.16 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

36.17 O Município de Ponta Grossa/PR poderá:

a) anular a licitação se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

b) revogar a presente licitação, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

36.18 A contratada não terá direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

36.19 A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

36.20 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Ponta Grossa/PR.

36.21 Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 124, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021.

36.22 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

36.23 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

36.24 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ponta Grossa/PR, 28 de maio de 2026.

Assinado por:

Isabele da Veiga Moro

28/05/2026 - 09:59

WH0GDHPYSI2PUHIQRDGTG

ISABELE DA VEIGA MORO

Secretária Municipal de Administração





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 1

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ZELADORIA - HORA MÁQUINA

ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

ENDEREÇO: Av. Visconde de Taunay, 950 - Ronda - CEP: 84051-900 - Ponta Grossa/PR.

FONE: (42) 3220-1000 - ramal 1454.

SEI: 038163/2026

1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021)

1.1 A contratação será realizada conforme os ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normativos correlatos, por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se o critério de julgamento pelo **Menor Preço por Item (Lote Individualizado)**.

1.2 Em consonância com a estratégia de ampla competitividade e divisão de riscos definida para este processo, o julgamento será processado por Item Individualizado, sendo cada item considerado um lote autônomo para fins de formulação de propostas, disputa de lances e adjudicação.

1.3 A adjudicação por item cumpre o princípio do parcelamento do objeto (art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e Súmula nº 247 do TCU), viabilizando a participação direta de empresas com especializações distintas no mercado fornecedor e assegurando que a disputa ocorra sobre o valor real em moeda corrente (R\$) de cada hora-máquina, tomando-se como limite máximo aceitável os preços unitários fixados na planilha de referência da Administração.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'a' 'i', Lei nº 14.133/2021)

2.1. O presente objeto consiste na prestação de serviços continuados de locação de máquinas e equipamentos pesados (linha amarela e transporte rodoviário), com operador, operados por profissionais qualificados, incluindo o fornecimento integral de combustíveis, lubrificantes e manutenção corretiva/preventiva, destinados a atender, sob demanda, as necessidades de zeladoria, infraestrutura e apoio operacional das Secretarias Municipais aderentes do Município de Ponta Grossa/PR:

- Secretaria Municipal de Administração (SMA);
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA);
- Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP);
- Secretaria Municipal de Esportes (SMESP);
- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

2.2. Para fins de clareza interpretativa, fiscalização e faturamento, fica ratificado que a presente contratação possui natureza jurídica de prestação de serviços contínuos, mensurados e remunerados estritamente por hora produtiva efetivamente trabalhada por item adjudicado, não se confundindo com aquisição de bens, fornecimento de materiais de construção civil ou empreitada de obras públicas.

TABELA





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Nº DO ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM UNIFICADO	QTD MAX DE HORAS	TOTAL GERAL
1	Mini escavadeira	Peso operacional 1.5t a 5t. Escavação de sapatas, valas para infraestrutura e redes em áreas de manobra restrita.	Hora máquina/com operador	5	R\$ 137,21	R\$ 686,05	2000	R\$ 1.372.100,00
2	Mini carregadeira	Capacidade de carga ~800kg. Movimentação de materiais, carregamento de agregados e limpeza mecanizada em canteiros confinados.	Hora máquina/com operador	5	R\$ 165,26	R\$ 826,30	2000	R\$ 1.652.600,00
3	Retroescavadeira	Tração 4x4 / Caçamba ~1.0m³. Operação combinada de carregamento frontal e escavação posterior; utilidade multifuncional em terraplanagem.	Hora máquina/com operador	7	R\$ 162,37	R\$ 1.136,59	2000	R\$ 2.273.180,00
4	Escavadeira Hidráulica	Classe 13t a 22t. Escavação em larga escala, abertura de taludes, demolição estrutural e carga de caminhões basculantes.	Hora máquina/com operador	4	R\$ 281,37	R\$ 1.125,48	2000	R\$ 2.250.960,00
5	Varredeira Mecânica	Acoplamento hidráulico. Limpeza técnica de pavimentos, remoção de detritos em vias públicas e pátios industriais.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 221,50	R\$ 664,50	2000	R\$ 1.329.000,00
6	Pintura Airless	Projeção por alta pressão. Aplicação de revestimentos e tintas em grandes superfícies com alto índice de deposição e uniformidade.	Hora máquina/com operador	2	R\$ 43,82	R\$ 87,64	2000	R\$ 175.280,00
7	Triturador de Resíduos	Alimentação manual/hidráulica. Processamento e redução volumétrica de resíduos vegetais e ramos para descarte ou compostagem.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 215,55	R\$ 646,65	2000	R\$ 1.293.300,00
8	Serra Corta-Piso Mecânica	Disco diamantado (manual). Corte seccionado de pavimentos rígidos (concreto) ou flexíveis (asfalto) para reparos e juntas.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 217,67	R\$ 653,01	2000	R\$ 1.306.020,00
9	Roçadeira hidráulica	Braço articulado. Manutenção de vegetação em taludes, áreas de domínio rodoviário e locais de difícil acesso para tratores comuns.	Hora máquina/com operador	5	R\$ 217,19	R\$ 1.085,95	2000	R\$ 2.171.900,00
10	Cortador de Grama Robô pequeno porte	Robô a diesel com sistema de esteira, ideal para terrenos irregulares e áreas grandes. Alta potência e eficiência.	Hora máq/com operador	5	R\$ 224,97	R\$ 1.124,85	2000	R\$ 2.249.700,00
11	Caminhão Pipa "Toco" (8000 l)	Compacto e ágil. Ideal para acessos reduzidos, abastecimento de piscinas, residências e pequenas obras.	Hora máquina/com operador	4	R\$ 206,83	R\$ 827,32	2000	R\$ 1.654.640,00
12	Caminhão Pipa "Truck" (16000 l)	Bom equilíbrio entre volume e mobilidade. Utilizado em construção civil, terraplanagem, indústria e lavagem de ruas.	Hora máquina/com operador	6	R\$ 271,95	R\$ 1.631,70	2000	R\$ 3.263.400,00
13	Caminhão Pipa "Carreta" (30000 l)	Destinado a alto consumo e longas distâncias. Ideal para mineração, grandes obras de infraestrutura e indústria pesada.	Hora máquina/com operador	2	R\$ 416,31	R\$ 832,62	2000	R\$ 1.665.240,00
14	Caminhão Basculante Truck (12m³)	Equipado com terceiro eixo para maior carga. Ideal para serviços de terraplanagem, transporte de grandes volumes e remoção de solo.	Hora máquina/com operador	10	R\$ 351,01	R\$ 3.510,10	2000	R\$ 7.020.200,00
15	Munck Pequeno / Leve (6/8 ton)	Ideal para locais de difícil acesso e obras residenciais. Geralmente montado em caminhão 3/4.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 326,49	R\$ 979,47	2000	R\$ 1.958.940,00
16	Munck médio (15/20 ton)	O mais versátil. Usado em estruturas metálicas e maquinário industrial, montado em caminhão 4x2 ou 6x2.	Hora máquina/com operador	4	R\$ 204,78	R\$ 819,12	2000	R\$ 1.638.240,00
17	Munck pesado (30 ton)	Destinado a grandes içamentos (geradores, tanques) e longo alcance, montado em caminhões 6x4 ou 8x4.	Hora máquina/com operador	2	R\$ 253,76	R\$ 507,52	2000	R\$ 1.015.040,00
18	Cortador de Grama Robô grande porte	Robô de grande porte a diesel com sistema de esteira, ideal para terrenos irregulares e áreas grandes. Alta potência e eficiência.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 260,79	R\$ 782,37	2000	R\$ 1.564.740,00
19	Caminhão de transporte (Cabine Auxiliar)	Caminhão com módulo de transporte de colaboradores (cabine auxiliar com 10 lugares) e ferramentas.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 208,07	R\$ 624,21	2000	R\$ 1.248.420,00
20	Pá carregadeira para 3m³	Pá carregadeira com operador - para 3m³.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 279,84	R\$ 279,84	2000	R\$ 559.680,00
21	Trator esteira	Trator esteira com operador d-8.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 757,00	R\$ 757,00	2000	R\$ 1.514.000,00
22	Vibro acabadora	Vibro acabadora com operador.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 352,87	R\$ 352,87	2000	R\$ 705.740,00
23	Rolo de pneu	Rolo de pneu com operador.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 221,05	R\$ 221,05	2000	R\$ 442.100,00
24	Caminhão espargidor 5 mil litros	Caminhão espargidor 5 mil litros com motorista.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 312,01	R\$ 312,01	2000	R\$ 624.020,00

3. Da Justificativa do Quantitativo Padronizado (Teto Máximo Operacional Compartilhado)

3.1. Da Metodologia de Dimensionamento por Intersetorialidade: A aparente uniformidade no estabelecimento do teto de **2.000 (duas mil) horas anuais** para os itens constantes da tabela deste Termo de Referência não decorre de simulação ou falta de planejamento, mas responde a um modelo de **registro de preços com compartilhamento dinâmico de frota** estruturado para atender, de forma descentralizada, às demandas finalísticas de 5 (cinco) pastas do Município.

3.2. Da Descartalização, Economicidade Escalar e Proporcionalidade Orçamentária: O teto de 2.000 horas globais por item reflete a consolidação das estimativas de desembolso e da projeção de demanda operacional planejada por cada pasta técnica aderente. A repartição do valor global





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

estimado do certame (R\$ 40.948.440,00) obedece a critérios rigorosos de dotação orçamentária e extensão territorial de responsabilidade de cada secretaria, conforme matriz de distribuição abaixo:

Órgão / Secretaria Demandante	Valor Estimado (R\$)	Porcentagem (%)	Projeção Ponderada do Teto por Item (Horas Anuais)
Secretaria Municipal de Administração (SMA)	R\$ 18.684.773,17	45,63%	Até 912,6 horas
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	R\$ 8.705.638,34	21,26%	Até 425,2 horas
Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP)	R\$ 8.210.162,22	20,05%	Até 401,0 horas
Secretaria Municipal de Esportes (SMESP)	R\$ 3.591.178,19	8,77%	Até 175,4 horas
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA)	R\$ 1.756.688,08	4,29%	Até 85,8 horas
TOTAL CONSOLIDADO	R\$ 40.948.440,00	100,00%	2.000,0 horas

3.2.1. Do Respaldo Matemático do Teto de Horas: Sob a ótica da distribuição ponderada exposta na matriz orçamentária, resta cabalmente demonstrado que o limite de 2.000 horas por item não constitui número arbitrário. O teto representa a soma dos limites de segurança necessários para cada órgão. Nota-se que, para pastas de menor escala como a SMAPA (4,29%) e a SMESP (8,77%), a reserva horária é extremamente enxuta (equivalente a tetos preditivos de apenas 85,8 e 175,4 horas anuais, respectivamente), o que evidencia a parcimônia e a eficiência no planejamento da despesa.

3.3. Da Imprevisibilidade Fática e Elasticidade da Demanda: A natureza dos serviços de zeladoria urbana, manutenção de estradas rurais, desassoreamento, socorro a intempéries e infraestrutura básica é marcada pela imprevisibilidade climática e fática. Engessar quantitativos diferenciados e estritos por máquina individualizada violaria o **Princípio da Eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021)**, pois privaria a Administração da agilidade necessária para remanejar o saldo operacional de horas de uma pasta para outra em caso de emergência climática ou necessidade pública premente, mantendo-se, contudo, o estrito respeito aos limites orçamentários de cada secretaria.

3.4. Cláusula de Bloqueio de Risco Financeiro e Proteção ao Erário (Risco Zero):

Para afastar de forma peremptória qualquer alegação de artificialismo ou dano ao erário, fixa-se de forma vinculante que:

I. Inexistência de Consumo Mínimo: O quantitativo de 2.000 horas é meramente estimativo e autorizativo (teto referencial), não gerando para o Município qualquer obrigação de compra ou garantia de consumo mínimo;

II. Regime de Hora Efetivamente Trabalhada (Hora Produtiva): A aferição, medição e o faturamento financeiro ocorrerão de forma estritamente proporcional e exclusiva às horas de efetivo funcionamento do maquinário em campo, atestadas por meio de relatórios diários de bordo e fiscalização técnica local;

III. Vedação Absoluta ao Pagamento de "Hora Parada": Sob nenhuma hipótese a Contratada fará jus ao recebimento de valores por horas ociosas, indisponibilidade técnica do operador, falhas mecânicas ou interrupções decorrentes de chuvas e fatores climáticos. Todo e qualquer risco decorrente da flutuação da demanda e da ociosidade temporária corre por conta exclusiva da contratada (**álea empresarial ordinária**), restando blindado o patrimônio público contra pagamentos sem a contraprestação efetiva do serviço.

4. Especificações do serviço:

4.1. A presente contratação adota o critério de julgamento por Menor Preço por Item, sendo cada item considerado um lote autônomo, independente e adjudicado individualmente, conforme discriminado nas tabelas orçamentárias deste Termo de Referência.

4.2. Os itens que compõem o objeto desta contratação serão processados sob o rito de **Ampla Concorrência**, restando as empresas licitantes submetidas às regras gerais de participação estabelecidas no Edital, em consonância com as diretrizes de ampla competitividade da Lei Federal nº 14.133/2021.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

4.3. No valor a ser ofertado para cada item, deverão estar obrigatoriamente incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução integral e perfeita dos serviços, tais como: disponibilização de operador/motorista devidamente qualificado, habilitado e uniformizado; fornecimento de combustíveis, óleos, lubrificantes e demais insumos operacionais; manutenção técnica corretiva e preventiva do maquinário; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs); seguros; encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais; bem como despesas logísticas com mobilização e desmobilização dos equipamentos.

4.4. Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, mediante prévia e expressa solicitação da Administração por meio de Ordem de Serviço (OS), na qual constará o quantitativo de horas requisitadas, o local e o prazo para início dos trabalhos, não gerando à Contratada direito ao recebimento ou indenização por períodos de ociosidade, intervalos de chuva ou falta de acionamento.

4.5. A descrição detalhada, especificações técnicas e aplicações operacionais de cada item encontram-se dispostas no Memorial Descritivo constante deste Termo de Referência.

I. ITEM 01 – Mini escavadeira sobre esteiras

Descrição/Especificação Técnica: Peso operacional compreendido entre 1.5t e 5.0t, equipada com esteiras de borracha e caçamba retroescavadora.

Aplicação Operacional: Execução de escavação de sapatas, abertura de valas para infraestrutura e redes em áreas urbanas com severa limitação de manobra.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

II. ITEM 02 – Mini carregadeira compacta

Descrição/Especificação Técnica: Capacidade nominal de carga operacional aproximada de 800 kg, equipada com caçamba frontal lisa.

Aplicação Operacional: Movimentação interna de materiais, carregamento de agregados e serviços de limpeza mecanizada em canteiros confinados e vias estreitas.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

III. ITEM 03 – Retroescavadeira

Descrição/Especificação Técnica: Tração integral 4x4, motorização mínima de 75 HP, caçamba frontal com capacidade aproximada de 1.0 m³ e braço retroescavador traseiro.

Aplicação Operacional: Operação combinada de carregamento frontal e escavação posterior; utilidade multifuncional em serviços de terraplenagem, abertura de valas e manutenção urbana em geral.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

IV. ITEM 04 – Escavadeira Hidráulica

Descrição/Especificação Técnica: Peso operacional enquadrado na classe de 13t a 22t, sobre esteiras, com caçamba reforçada.

Aplicação Operacional: Escavação de grande porte, abertura e regularização de taludes, demolição estrutural e carregamento de caminhões basculantes pesados.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

V. ITEM 05 – Varredeira Mecânica Industrial Hidráulica

Descrição/Especificação Técnica: Equipamento com acoplamento e acionamento por sistema hidráulico basculante e escovas rotativas de alta resistência.

Aplicação Operacional: Varrição técnica e recolhimento mecanizado de detritos em vias públicas pavimentadas, calçadas centrais e pátios logísticos ou industriais.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

VI. ITEM 06 – Equipamento de Pintura Mecanizada Tipo Airless

Descrição/Especificação Técnica: Equipamento profissional de projeção de tintas por sistema de alta pressão sem ar (Airless).

Aplicação Operacional: Aplicação de tintas e revestimentos protetivos em grandes superfícies, muros, estruturas públicas e sinalização urbana, garantindo alto rendimento.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

VII. ITEM 07 – Triturador Industrial de Resíduos Verdes e Galhadas





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Descrição/Especificação Técnica: Sistema de alimentação motorizado por gravidade ou rolos hidráulicos, dotado de rotor triturador de alta capacidade de fragmentação.

Aplicação Operacional: Processamento, fragmentação e redução volumétrica de resíduos vegetais, galhadas e podas para fins de descarte regular ou compostagem.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

VIII. **ITEM 08 – Serra Corta-Piso e Pavimento Mecânica**

Descrição/Especificação Técnica: Equipamento corta-piso com motor a combustão interna, carrinho guia de operação manual ou semiautomotriz e disco diamantado.

Aplicação Operacional: Corte seccionado e linear de pavimentos rígidos (concreto) ou flexíveis (asfalto) para fins de execução de juntas de dilatação ou reparos localizados em vias públicas.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

IX. **ITEM 09 – Trator com Braço de Roçadeira Hidráulica Articulada**

Descrição/Especificação Técnica: Equipamento acoplado a um trator agrícola de pneus, dotado de braço hidráulico articulado extensível e cabeçote roçador.

Aplicação Operacional: Corte e controle de vegetação em taludes acentuados, margens de canais, faixas de domínio rodoviário e locais de difícil acesso para tratores de arrasto convencionais.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

X. **ITEM 10 – Cortador de Grama Automatizado / Robô Tipo I (Leve)**

Descrição/Especificação Técnica: > Equipamento profissional automatizado/remotamente controlado com sistema de tração por esteiras ou pneus de alta aderência, motorização a combustão ou elétrica de alta autonomia. Desenvolvido especificamente para operação em terrenos planos ou inclinados, permitindo o acionamento e controle de suas funções operacionais de corte e deslocamento de forma remota, visando a segurança do operador em áreas de risco ou de difícil acesso.

(Opcional: ou equivalente, ou de melhor qualidade/tecnologia superior).

Aplicação Operacional: Roçada profissional de alta produtividade, conservação urbana e manutenção de áreas verdes extensas ou de topografia irregular/declives.

Unidade de Medida: Hora-máquina (incluindo fornecimento de operador logístico/supervisor, combustíveis/insumos e manutenção integral).

XI. **ITEM 11 – Caminhão Pipa Tipo "Toco" (Capacidade Mínima 8.000 litros)**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo rodoviário de carga tipo chassi de dois eixos (4x2), equipado com tanque pipa em aço estrutural com capacidade mínima de 8.000 litros, dotado de bomba de recalque, barra espargidora traseira e bico de pato dianteiro.

Aplicação Operacional: Equipamento compacto e ágil, ideal para locais de acessos urbanos reduzidos, irrigação de praças, canteiros centrais, lavagem de vias públicas e suporte logístico a pequenas frentes de trabalho.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista e insumos).

XII. **ITEM 12 – Caminhão Pipa Tipo "Truck" (Capacidade Mínima 16.000 litros)**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo rodoviário de carga de três eixos (6x2 ou 6x4), equipado com tanque pipa com capacidade mínima de 16.000 litros, dotado de sistema completo de bombeamento e recalque de alta pressão, canhão monitor e saídas de engate rápido.

Aplicação Operacional: Operação balanceada em frentes de construção civil, terraplenagem, umectação de vias públicas e controle de emissão de poeira.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista e insumos).

XIII. **ITEM 13 – Caminhão Pipa Tipo "Carreta" (Capacidade Mínima 30.000 litros)**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo articulado pesado (cavalo mecânico acoplado a semirreboque tanque), com capacidade volumétrica mínima de 30.000 litros, motobomba de alta vazão e acessórios completos para descarga rápida.

Aplicação Operacional: Destinado ao alto consumo de água e transporte a médias e longas distâncias, ideal para umectação de grandes frentes de terraplenagem e suporte de infraestrutura urbana/rural pesada.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista e insumos).

XIV. **ITEM 14 – Caminhão Basculante Tipo "Truck" (Capacidade Mínima 12 m³)**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo rodoviário de carga de três eixos (6x4), equipado com caçamba basculante em aço estrutural de alta resistência, com capacidade de carga mínima de 12 m³.

Aplicação Operacional: Serviços pesados de terraplenagem, transporte e movimentação de agregados, solos, entulhos e remoção de resíduos resultantes de ações de zeladoria urbana.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista e insumos).

XV. **ITEM 15 – Caminhão com Guindaste Hidráulico Veicular (Munk) - Leve**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo rodoviário de carga (tipo chassi de dois eixos), equipado com guindaste hidráulico veicular articulado com capacidade nominal de momento de carga compreendida entre 6 e 8 toneladas-metro.

Aplicação Operacional: Movimentação, carga, descarga e içamento de pequenas estruturas, ferramentas, materiais de sinalização viária e apoio logístico em obras urbanas de menor porte ou acessos restritos.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista/operador e insumos).

XVI. **ITEM 16 – Caminhão com Guindaste Hidráulico Veicular (Munk) - Médio**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo rodoviário de carga (tipo chassi de três eixos 6x2 ou similar), equipado com guindaste hidráulico veicular articulado com capacidade nominal de momento de carga compreendida entre 15 e 20 toneladas-metro.

Aplicação Operacional: Movimentação e posicionamento versátil de postes, manilhas de concreto, estruturas metálicas de médio porte e apoio geral em canteiros de manutenção urbana.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista/operador e insumos).

XVII. **ITEM 17 – Caminhão com Guindaste Hidráulico Veicular (Munk) - Pesado**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo rodoviário de carga pesado (chassi de três ou quatro eixos 6x4 ou 8x4), equipado com guindaste hidráulico veicular articulado com capacidade nominal de momento de carga mínima de 30 toneladas-metro e longo alcance vertical/horizontal.

Aplicação Operacional: Içamento, carga e descarga de volumes de peso elevado, como geradores, tanques industriais, pontilhões e apoio a intervenções complexas de infraestrutura urbana.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista/operador e insumos).

XVIII. **ITEM 18 – Cortador de Grama Automatizado / Robô Tipo II (Pesado e Encostas)**

Descrição/Especificação Técnica: > Equipamento de grande porte para roçada industrial, automatizado e controlado remotamente via rádio frequência ou comandos assistidos, motorização a diesel ou sistema híbrido de alta potência, com sistema de tração integral por esteiras de borracha de alta aderência e baixo impacto ao solo. Chassis rebaixado e projetado para alta estabilidade, com sistema de corte de alta produtividade para vegetação densa ou capim alto em taludes e encostas. **(Opcional: ou equivalente, ou de melhor qualidade/tecnologia superior).**

Aplicação Operacional: Roçada industrial de grande vulto, limpeza de margens de rodovias, taludes, canais de escoamento e grandes áreas verdes municipais de topografia complexa ou severa inclinação.

Unidade de Medida: Hora-máquina (incluindo fornecimento de operador logístico/supervisor, combustíveis/insumos e manutenção integral).

XIX. **ITEM 19 – Caminhão de Transporte de Equipes com Cabine Auxiliar Integrada**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo de carga adaptado com cabine auxiliar estendida homologada para lotação mínima de 10 passageiros sentados, dispondo adicionalmente de carroceria integrada e isolada para ferramentas.

Aplicação Operacional: Transporte logístico concomitante e seguro de equipes operacionais de zeladoria/manutenção urbana e respectivos ferramentais de trabalho até as frentes de serviço.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista e insumos).

XX. **ITEM 20 – Pá Carregadeira de Grande Porte**





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Descrição/Especificação Técnica: Pá carregadeira sobre pneus de grande porte, tração integral 4x4, articulada, equipada com caçamba frontal com capacidade mínima de 3,0 m³.

Aplicação Operacional: Operações pesadas de movimentação de terra, carregamento de agregados em pátios ou usinas municipais, suporte a escavações de grande porte e desobstrução pesada de canais e vias públicos.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

XXI. **ITEM 21 – Trator de Esteiras de Grande Porte**

Descrição/Especificação Técnica: Trator de esteiras pesado de alto rendimento (classe de potência equivalente à D8), equipado com lâmina frontal reta ou angular e escarificador traseiro (ripper).

Aplicação Operacional: Serviços severos de terraplenagem, abertura de novas vias rurais e urbanas, corte de subleito, empuxo de grandes volumes de material e regularização de superfícies brutas.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

XXII. **ITEM 22 – Vibroacabadora de Asfalto**

Descrição/Especificação Técnica: Equipamento autopropelido para pavimentação asfáltica, dotado de silo de recepção frontal, sistema de esteiras transportadoras e mesa compactadora com sistema de aquecimento.

Aplicação Operacional: Aplicação, espalhamento, nivelamento e pré-compactação de misturas asfálticas (CBUQ) com alta precisão geométrica em vias urbanas do Município.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

XXIII. **ITEM 23 – Rolo Compactador Pneumático**

Descrição/Especificação Técnica: Rolo compactador autopropelido sobre pneus lisos, com pressão de inflagem ajustável e sistema integrado de aspersão de água.

Aplicação Operacional: Compactação e acabamento superficial de camadas asfálticas, bases e sub-bases, promovendo o selamento e a perfeita coesão do pavimento asfáltico urbano.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com operador e insumos).

XXIV. **ITEM 24 – Caminhão Espargidor de Asfalto (Capacidade Mínima 5.000 litros)**

Descrição/Especificação Técnica: Veículo de carga equipado com tanque isolado termicamente com capacidade mínima de 5.000 litros, barra espargidora com bicos reguláveis, sistema de aquecimento por maçaricos e bomba de pressurização.

Aplicação Operacional: Aplicação uniforme de ligantes asfálticos (emulsões) para fins de pintura de ligação, imprimação e tratamentos superficiais em obras de pavimentação e operações de tapa-buraco.

Unidade de Medida: Hora-máquina (com motorista/operador e insumos).

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e terá sua eficácia após um dia útil de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Prorrogável se mantida a vantajosidade e a critério da Administração.

5.2 Após a homologação da licitação, o fornecedor registrado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

5.3 A execução se dará a partir do recebimento pela empresa, do Empenho ou da Autorização de Compras.

5.4 A Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

6. DA PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

6.1 A pesquisa de preços para esta contratação foi conduzida seguindo rigorosamente o artigo 23 da Lei Federal número 14.133/2021 e o artigo 22 do Decreto Municipal número nº 21.500/2023. Para a construção do Mapa de Preços, adotou-se uma metodologia ampla que incluiu consultas ao Banco de Preços, levantamentos em sítios da internet, análise de contratações similares e coleta de orçamentos diretos. Somado a isso, o levantamento também utilizou tabelas de referência oficiais, como SINAPI, SICRO e DER. A inclusão desses sistemas é fundamental pois, por serem índices atualizados periodicamente por órgãos técnicos especializados, eles oferecem parâmetros de mercado seguros e consolidados. Por essa razão, a utilização de valores extraídos dessas tabelas oficiais elimina a necessidade de buscar três orçamentos individuais para cada item, conferindo maior agilidade e precisão técnica ao processo de estimativa de custos.

7. MAPA DE PREÇOS

7.1 DEMONSTRATIVOS DE VALORES UNITÁRIOS

Item	Equipamento	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	FONTES PUBLICAS	CÓDIGO	BANCO DE PREÇOS	PNCP	TLL	ARENA	AGUIAR	VALOR UNITÁRIO
1	Mini escavadeira	Hora máquina/com operador	5	R\$ 137,21	SINAPI 96245	-	-	-	-	-	R\$ 137,21
2	Mini carregadeira	Hora máquina/com operador	5	R\$ 165,26	SINAPI 96158	-	-	-	-	-	R\$ 165,26
3	Retroescavadeira	Hora máquina/com operador	7	R\$ 162,37	SINAPI 5678	-	-	-	-	-	R\$ 162,37
4	Escavadeira Hidráulica	Hora máquina/com operador	4	R\$ 281,37	SINAPI 88907	-	-	-	-	-	R\$ 281,37
5	Varredeira Mecânica	Hora máquina/com operador	3	-	-	R\$ 183,00	R\$ 168,00	R\$ 200,00	R\$ 335,00	-	R\$ 221,50
6	Pintura Airless	Hora máquina/com operador	2	-	-	R\$ 34,19	R\$ 42,27	-	R\$ 55,00	-	R\$ 43,82
7	Triturador de Resíduos	Hora máquina/com operador	3	R\$ 215,55	E9699 SICRO	-	-	-	-	-	R\$ 215,55
8	Serra Corta-Piso Mecânica	Hora máquina/com operador	3	R\$ 217,67	E9118 SICRO	-	-	-	-	-	R\$ 217,67
9	Roçadeira hidráulica	Hora máquina/com operador	5	-	-	R\$ 288,36	R\$ 260,41	R\$ 150,00	R\$ 170,00	-	R\$ 217,19
10	Cortador de Grama Robô Roçadeira a Diesel	Hora máquina/com/sem operador	5	-	-	R\$ 300,33	R\$ 224,58	R\$ 150,00	-	-	R\$ 224,97
11	Caminhão Pipa "Toco" 8000 l	Hora máquina/com operador	4	-	-	R\$ 183,00	R\$ 157,50	-	-	R\$ 280,00	R\$ 206,83
12	Caminhão Pipa "Truck" 16000 l	Hora máquina/com operador	6	-	-	R\$ 234,19	R\$ 251,66	-	-	R\$ 330,00	R\$ 271,95
13	Caminhão Pipa "Carreta" 30000 l	Hora máquina/com operador	2	-	-	R\$ 441,56	R\$ 277,36	-	-	R\$ 530,00	R\$ 416,31
14	Caminhão Basculante Truck (6x2 ou 6x4) 12m3	Hora máquina/com operador	10	R\$ 351,01	E9672 SICRO	-	-	-	-	-	R\$ 351,01
15	Munck Pequeno / Leve 6/8 ton	Hora máquina/com operador	3	R\$ 326,49	E9686 SICRO	-	-	-	-	-	R\$ 326,49
16	Munck médio 15/20 ton	Hora máquina/com operador	4	-	-	R\$ 187,21	R\$ 209,73	R\$ 217,42	-	-	R\$ 204,78
17	Munck pesado 30 ton	Hora máquina/com operador	2	-	-	R\$ 254,13	R\$ 256,59	R\$ 250,57	-	-	R\$ 253,76
18	Cortador de Grama Robô Roçadeira a Diesel grande porte	Hora máquina/com operador	3	-	-	R\$ 300,33	R\$ 224,58	R\$ 257,48	-	-	R\$ 260,79
19	Caminhão de transporte com Cabine Auxiliar	Hora máquina/com operador	3	R\$ 208,07	DER-INS 346090	-	-	-	-	-	R\$ 208,07
20	Pá carregadeira com operador - para 3m³	Hora máquina/com operador	1	R\$ 279,84	SINAPI 5944	-	-	-	-	-	R\$ 279,84
21	Trator esteira com operador d-8	Hora máquina/com operador	1	R\$ 757,00	SINAPI 5855	-	-	-	-	-	R\$ 757,00
22	Vibro acabadora com operador	Hora máquina/com operador	1	-	-	R\$ 142,36	R\$ 356,27	R\$ 560,00	-	-	R\$ 352,87
23	Rolo de pneu com operador	Hora máquina/com operador	1	R\$ 221,05	SINAPI 6879	-	-	-	-	-	R\$ 221,05
24	Caminhão espargidor 5 mil litros com motorista	Hora máquina/com operador	1	R\$ 312,01	SINAPI 83362	-	-	-	-	-	R\$ 312,01

7.2 VALORES TOTAIS

(QTD X VALOR UNITÁRIO X QTD MÁXIMAS DE HORAS)

Nº DO ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM	TOTAL GERAL
------------	------	-----------	-------------------	------------------	-------------	----------------------	-------------





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

1	Mini escavadeira	Peso operacional 1.5t a 5t. Escavação de sapatas, valas para infraestrutura e redes em áreas de manobra restrita.	Hora máquina/com operador	5	R\$ 137,21	R\$ 686,05	R\$ 1.372.100,00
2	Mini carregadeira	Capacidade de carga ~800kg. Movimentação de materiais, carregamento de agregados e limpeza mecanizada em canteiros confinados.	Hora máquina/com operador	5	R\$ 165,26	R\$ 826,30	R\$ 1.652.600,00
3	Retroescavadeira	Tração 4x4 / Caçamba ~1.0m³. Operação combinada de carregamento frontal e escavação posterior; utilidade multifuncional em terraplenagem.	Hora máquina/com operador	7	R\$ 162,37	R\$ 1.136,59	R\$ 2.273.180,00
4	Escavadeira Hidráulica	Classe 13t a 22t. Escavação em larga escala, abertura de taludes, demolição estrutural e carga de caminhões basculantes.	Hora máquina/com operador	4	R\$ 281,37	R\$ 1.125,48	R\$ 2.250.960,00
5	Varredeira Mecânica	Acoplamento hidráulico. Limpeza técnica de pavimentos, remoção de detritos em vias públicas e pátios industriais.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 221,50	R\$ 664,50	R\$ 1.329.000,00
6	Pintura Airless	Projeção por alta pressão. Aplicação de revestimentos e tintas em grandes superfícies com alto índice de deposição e uniformidade.	Hora máquina/com operador	2	R\$ 43,82	R\$ 87,64	R\$ 175.280,00
7	Triturador de Resíduos	Alimentação manual/hidráulica. Processamento e redução volumétrica de resíduos vegetais e ramos para descarte ou compostagem.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 215,55	R\$ 646,65	R\$ 1.293.300,00
8	Serra Corta-Piso Mecânica	Disco diamantado (manual). Corte seccionado de pavimentos rígidos (concreto) ou flexíveis (asfalto) para reparos e juntas.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 217,67	R\$ 653,01	R\$ 1.306.020,00
9	Roçadeira hidráulica	Braço articulado. Manutenção de vegetação em taludes, áreas de domínio rodoviário e locais de difícil acesso para tratores comuns.	Hora máquina/com operador	5	R\$ 217,19	R\$ 1.085,95	R\$ 2.171.900,00
10	Cortador de Grama Robô	Robô a diesel com sistema de esteira, ideal para terrenos irregulares e áreas grandes. Alta potência e eficiência.	Hora máquina/com operador	5	R\$ 224,97	R\$ 1.124,85	R\$ 2.249.700,00
11	Caminhão Pipa "Toco" (8000 l)	Compacto e ágil. Ideal para acessos reduzidos, abastecimento de piscinas, residências e pequenas obras.	Hora máquina/com operador	4	R\$ 206,83	R\$ 827,32	R\$ 1.654.640,00
12	Caminhão Pipa "Truck" (16000 l)	Bom equilíbrio entre volume e mobilidade. Utilizado em construção civil, terraplanagem, indústria e lavagem de ruas.	Hora máquina/com operador	6	R\$ 271,95	R\$ 1.631,70	R\$ 3.263.400,00
13	Caminhão Pipa "Carreta" (30000 l)	Destinado a alto consumo e longas distâncias. Ideal para mineração, grandes obras de infraestrutura e indústria pesada.	Hora máquina/com operador	2	R\$ 416,31	R\$ 832,62	R\$ 1.665.240,00
14	Caminhão Basculante Truck (12m³)	Equipado com terceiro eixo para maior carga. Ideal para serviços de terraplanagem, transporte de grandes volumes e remoção de solo.	Hora máquina/com operador	10	R\$ 351,01	R\$ 3.510,10	R\$ 7.020.200,00
15	Munck Pequeno / Leve (6/8 ton)	Ideal para locais de difícil acesso e obras residenciais. Geralmente montado em caminhão 3/4.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 326,49	R\$ 979,47	R\$ 1.958.940,00
16	Munck médio (15/20 ton)	O mais versátil. Usado em estruturas metálicas e maquinário industrial, montado em caminhão 4x2 ou 6x2.	Hora máquina/com operador	4	R\$ 204,78	R\$ 819,12	R\$ 1.638.240,00
17	Munck pesado (30 ton)	Destinado a grandes içamentos (geradores, tanques) e longo alcance, montado em caminhões 6x4 ou 8x4.	Hora máquina/com operador	2	R\$ 253,76	R\$ 507,52	R\$ 1.015.040,00
18	Cortador de Grama Robô	Manutenção de vegetação em taludes, áreas de domínio rodoviário e locais de difícil acesso para tratores comuns.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 260,79	R\$ 782,37	R\$ 1.564.740,00
19	Caminhão de transporte (Cabine Auxiliar)	Caminhão com módulo de transporte de colaboradores (cabine auxiliar com 10 lugares) e ferramentas.	Hora máquina/com operador	3	R\$ 208,07	R\$ 624,21	R\$ 1.248.420,00
20	Pá carregadeira para 3m³	Pá carregadeira com operador - para 3m³.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 279,84	R\$ 279,84	R\$ 559.680,00





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

21	Trator esteira	Trator esteira com operador d-8.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 757,00	R\$ 757,00	R\$ 1.514.000,00
22	Vibro acabadora	Vibro acabadora com operador.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 352,87	R\$ 352,87	R\$ 705.740,00
23	Rolo de pneu	Rolo de pneu com operador.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 221,05	R\$ 221,05	R\$ 442.100,00
24	Caminhão espargidor 5 mil litros	Caminhão espargidor 5 mil litros com motorista.	Hora máquina/com operador	1	R\$ 312,01	R\$ 312,01	R\$ 624.020,00

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 Em estrita observância ao disposto no artigo 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 e no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o custo estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços de mercado analisada de forma crítica, utilizando-se a metodologia de média aritmética simples dos valores coletados para cada item individualizado.

8.2 Os preços unitários máximos aceitáveis para as horas-máquina de cada item e o valor total estimado para a abertura da etapa de lances encontram-se detalhadamente discriminados na **Planilha de Custos Estimados e no Mapa de Preços de Referência (Anexo no processo)**, os quais integram este Termo de Referência para todos os fins de direito.

8.3 A divisão do orçamento estimado dar-se-á de forma proporcional e estritamente vinculada às Ordens de Serviço efetivamente emitidas pelas Secretarias Municipais demandantes, conforme a disponibilidade orçamentária de cada pasta e dentro dos limites quantitativos fixados para cada item adjudicado.

9. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

a) A fundamentação desta contratação repousa na necessidade de consolidar o Município de Ponta Grossa como referência em excelência urbana e rural, onde a eficiência operacional se traduz diretamente em segurança jurídica, mobilidade e bem-estar para a população. Para manter o padrão de atendimento contínuo às demandas de interesse público, a Administração Pública exige uma estrutura logística capaz de responder com tempestividade aos desafios de zeladoria, manutenção de vias e obras de infraestrutura, o que torna a prestação de serviços sob o regime de hora-máquina a solução mais ágil e eficaz para o suprimento das demandas operacionais das Secretarias Municipais solicitantes.

b) A opção pelo modelo de execução parcelada e sob demanda justifica-se pela busca da máxima eficiência e economicidade, uma vez que permite ao Município mobilizar uma frota diversificada de alta tecnologia apenas nos períodos de sua efetiva utilização, eliminando custos decorrentes de ociosidade operacional. Ademais, este modelo transfere integralmente à contratada os riscos associados à depreciação patrimonial, sinistros, obsolescência tecnológica e custos de manutenção preventiva e corretiva. Ao estabelecer que os equipamentos operem com fornecimento integrado de combustíveis, insumos e operadores/motoristas qualificados, a Administração mitiga riscos de paralisação e assegura precisão técnica imediata na execução das frentes de trabalho.

c) Em estrita observância à instrução técnica e ao princípio do parcelamento do objeto (art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021), a estratégia de seleção de fornecedores foi estruturada sob o critério de julgamento por Menor Preço por Item. A adjudicação individualizada de cada um dos **24 itens** visa ampliar a competitividade do certame em ampla concorrência, permitindo a participação de empresas especializadas em diferentes nichos de mercado e tipologias de maquinário. Esta metodologia afasta o risco de concentração contratual, otimiza a obtenção de propostas economicamente mais vantajosas para cada especificação técnica e garante a transparência e a eficiência na alocação dos recursos orçamentários do Município.

10. DOS QUANTITATIVOS E VALORES POR SECRETARIA





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

10.1 PROPORCIONALIDADE POR SECRETARIA

Secretaria	Valor Estimado (R\$)	Porcentagem (%)
Secretaria Municipal de Administração (SMA)	R\$ 18.684.773,17	45,63%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	R\$ 8.705.638,34	21,26%
Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP)	R\$ 8.210.162,22	20,05%
Secretaria Municipal de Esportes (SMESP)	R\$ 3.591.178,19	8,77%
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA)	R\$ 1.756.688,08	4,29%
TOTAL	R\$ 40.948.440,00	100,00%

10.1.1 Os valores financeiros expressos nesta tabela possuem caráter meramente estimativo e referencial para fins de balanceamento orçamentário inicial, prevalecendo para todos os efeitos de lances e adjudicação os preços unitários finais registrados no Mapa de Preços Anexo.

10.2 DEMANDA UNITÁRIA POR SECRETARIA

Nº DO ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DE	SMMA	SMAPA	SMSP	SMESP	SMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Mini escavadeira	Peso operacional 1.5t a 5t. Escavação de sapatas, valas para infraestrutura e redes em áreas de manobra restrita.	Hora máquina/com operador	1			1	1	2	5
2	Mini carregadeira	Capacidade de carga ~800kg. Movimentação de materiais, carregamento de agregados e limpeza mecanizada em canteiros confinados.	Hora máquina/com operador	1			1	1	2	5
3	Retroescavadeira	Tração 4x4 / Caçamba ~1.0m³. Operação combinada de carregamento frontal e escavação posterior; utilidade multifuncional em terraplenagem.	Hora máquina/com operador	1	1		2	1	2	7
4	Escavadeira Hidráulica	Classe 13t a 22t. Escavação em larga escala, abertura de taludes, demolição estrutural e carga de caminhões basculantes.	Hora máquina/com operador	1			1		2	4
5	Varredeira Mecânica	Acoplamento hidráulico. Limpeza técnica de pavimentos, remoção de detritos em vias públicas e pátios industriais.	Hora máquina/com operador	1					2	3
6	Pintura Airless	Projeção por alta pressão. Aplicação de revestimentos e tintas em grandes superfícies com alto índice de deposição e uniformidade.	Hora máquina/com operador						2	2
7	Triturador de Resíduos	Alimentação manual/hidráulica. Processamento e redução volumétrica de resíduos vegetais e ramos para descarte ou compostagem.	Hora máquina/com operador	1					2	3
8	Serra Corta-Piso Mecânica	Disco diamantado (manual). Corte seccionado de pavimentos rígidos (concreto) ou flexíveis (asfalto) para reparos e juntas.	Hora máquina/com operador	1			1		2	4
9	Roçadeira hidráulica	Braço articulado. Manutenção de vegetação em taludes, áreas de domínio rodoviário e locais de difícil acesso para tratores comuns.	Hora máquina/com operador	1	1			1	2	5
10	Cortador de Grama Robô	Robô a diesel com sistema de esteira, ideal para terrenos irregulares e áreas grandes. Alta potência e eficiência.	Hora máquina/com/sem operador	2				1	2	5
11	Caminhão Basculante Truck (12m³)	Equipado com terceiro eixo para maior carga. Ideal para serviços de terraplanagem, transporte de grandes volumes e remoção de solo.	Hora máquina/com operador	2			5	1	2	10
12	Munck Pequeno / Leve (6/8 ton)	Ideal para locais de difícil acesso e obras residenciais. Geralmente montado em caminhão 3/4.	Hora máquina/com operador					1	2	3
13	Munck médio (15/20 ton)	O mais versátil. Usado em estruturas metálicas e maquinário industrial, montado em caminhão 4x2 ou 6x2.	Hora máquina/com operador		1		1		2	4
14	Munck pesado (30 ton)	Destinado a grandes içamentos (geradores, tanques) e longo alcance, montado em caminhões 6x4 ou 8x4.	Hora máquina/com operador						2	2
15	Caminhão Pipa "Toco" (8000 l)	Compacto e ágil. Ideal para acessos reduzidos, abastecimento de piscinas, residências e pequenas obras.	Hora máquina/com operador		1			1	2	4
16	Caminhão Pipa "Truck" (16000 l)	Bom equilíbrio entre volume e mobilidade. Utilizado em construção civil, terraplanagem, indústria e lavagem de ruas.	Hora máquina/com operador	3			1		2	6
17	Caminhão Pipa "Carreta" (30000 l)	Destinado a alto consumo e longas distâncias. Ideal para mineração, grandes obras de infraestrutura e indústria pesada.	Hora máquina/com operador						2	2
18	Cortador de Grama Robô	Manutenção de vegetação em taludes, áreas de domínio rodoviário e locais de difícil acesso para tratores comuns.	Hora máquina/com operador	1					2	3
19	Caminhão de transporte (Cabine Auxiliar)	Caminhão com módulo de transporte de colaboradores (cabine auxiliar com 10 lugares) e ferramentas.	Hora máquina/com operador	1					2	3
20	Pá carregadeira para 3m³	Pá carregadeira com operador - para 3m³.	Hora máquina/com operador				1			1
21	Trator esteira	Trator esteira com operador d-8.	Hora máquina/com operador				1			1





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

22	Vibro acabadora	Vibro acabadora com operador.	Hora máquina/com operador			1			1
23	Rolo de pneu	Rolo de pneu com operador.	Hora máquina/com operador			1			1
24	Caminhão espargidor 5 mil litros	Caminhão espargidor 5 mil litros com motorista.	Hora máquina/com operador			1			1

11. DA SOLUÇÃO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021)

11.1 A descrição detalhada da solução, abrangendo o ciclo de vida completo do objeto, encontra-se consolidada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que precede e fundamenta este Termo de Referência. A contratação foi estruturada sob o regime de **execução indireta por hora-máquina, com adjudicação por item individualizado**, modelo estratégico que transfere à contratada a responsabilidade integral pela logística de insumos, fornecimento de combustíveis e lubrificantes, mobilização e desmobilização, bem como pela manutenção técnica preventiva e corretiva de todo o maquinário operacional e veículos de apoio.

11.2 A configuração adotada garante que a Administração Municipal realize desembolsos financeiros vinculados exclusivamente à produtividade efetiva e ao tempo de operação real de cada equipamento, otimizando o emprego dos recursos públicos e mitigando os riscos de obsolescência técnica ou depreciação patrimonial inerentes à frota própria.

11.3 Durante a vigência da relação contratual, a solução prevê a substituição imediata, às expensas exclusivas da contratada, de qualquer equipamento que apresente falhas mecânicas, sinistros ou desconformidades operacionais, assegurando a continuidade ininterrupta das ações de zeladoria e infraestrutura urbana e rural.

11.4 No encerramento do ciclo de vida funcional de cada intervenção ou na extinção do contrato, a empresa contratada deverá garantir a correta destinação final de resíduos perigosos decorrentes da operação e manutenção do maquinário (tais como óleos lubrificantes usados, filtros, pneus e baterias), por meio de sistemas de logística reversa e em estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e às normas ambientais vigentes. Dessa forma, a solução proposta abrange desde a mobilização tecnológica de ponta até o descarte ambientalmente adequado dos insumos, consolidando um ciclo operacional sustentável e de alta performance para o Município de Ponta Grossa.

12. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

12.1 Da subcontratação

12.1.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

12.2 Da participação de empresas em consórcio

12.2.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do edital e da legislação aplicável.

12.2.2 Na hipótese de exigência de requisitos de habilitação econômico-financeira, o consórcio deverá comprovar acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os valores exigidos para licitantes individuais, salvo se constituído integralmente por Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

13. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

13.1. A contratação contará com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato individualizado de cada item adjudicado.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

13.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e/ou por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

13.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto em contrato.

13.5. Caso seja utilizada outra modalidade de garantia, esta somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a emissão da ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- c) obrigações trabalhistas, previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

13.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 13.7, alínea "c", observada a legislação que rege a matéria.

13.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica devidamente informada, com incidência de correção monetária.

13.10. Caso a opção seja pela utilização de títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme diretrizes do órgão federal competente.

13.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou multa, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificado.

13.14. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação vigente que rege a matéria.

13.15. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

13.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu integralmente as cláusulas do contrato.

13.18. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

13.19. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia de execução na forma prevista no Edital e neste Termo de Referência.

13.20. Além da garantia de execução contratual, a contratada responde de forma integral e contínua pela manutenção técnica, disponibilidade operacional e assistência técnica corretiva do maquinário disponibilizado, visando a garantir a prestação ininterrupta dos serviços de hora-máquina.

14. DA GARANTIA DO SERVIÇO

14.1 A garantia técnica e operacional dos serviços e equipamentos, objeto desta contratação, é independente da garantia de execução contratual e refere-se à manutenção continuada da qualidade, segurança, eficiência e funcionalidade de toda a estrutura mecanizada mobilizada para as frentes de zeladoria e infraestrutura municipal.

14.2 A empresa contratada para o respectivo item deverá assegurar a disponibilidade permanente e imediata do equipamento adjudicado, garantindo que as máquinas e veículos operem em perfeitas condições de uso, com sistemas hidráulicos, mecânicos, pneumáticos, elétricos e de segurança devidamente aferidos, calibrados e plenamente operacionais.

14.3 Por se tratar de prestação de serviços continuados sob o regime de hora-máquina, a garantia abrange a execução de manutenção preventiva e corretiva integral às expensas exclusivas da contratada, sem qualquer custo adicional para o Município de Ponta Grossa.

14.4 Na hipótese de ocorrência de falhas mecânicas, avarias ou fadiga estrutural que inviabilizem a operação, a contratada deverá promover a substituição do equipamento por outro de especificação técnica equivalente ou superior em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação formal, de modo a evitar a descontinuidade do cronograma de obras e zeladoria das Secretarias Municipais solicitantes.

14.5 Considerando as especificidades das tipologias de maquinário pesado e transporte rodoviário, a garantia do serviço estende-se à qualificação técnica dos operadores disponibilizados, os quais deverão possuir habilitação legal específica, treinamento atualizado e certificações compatíveis com as Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e medicina do trabalho aplicáveis.

14.6 Constatada, a qualquer tempo, imperícia, negligência ou imprudência na execução das tarefas por parte do operador, bem como a utilização de equipamento em desconformidade com as especificações técnicas fixadas neste Termo de Referência, a Fiscalização do Contrato exigirá a imediata reexecução dos serviços afetados, a substituição do profissional ou a troca do maquinário, sob o amparo da garantia de qualidade, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.7. A garantia de qualidade vigora durante todo o período de execução de cada Ordem de Serviço (OS), renovando-se a cada mobilização e estendendo-se à cobertura de eventuais vícios ocultos ou defeitos decorrentes da execução operacional que venham a comprometer a estabilidade, a segurança ou o resultado final das intervenções de infraestrutura urbana e rural.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

14.8. A contratada permanecerá responsável civil e administrativamente pela correção de falhas e reparação de danos decorrentes de defeitos na execução dos serviços pelo prazo legal após o recebimento de cada etapa, independentemente da extinção ou encerramento do vínculo contratual.

15. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

15.1 Não haverá necessidade de amostras.

16. DA SUSTENTABILIDADE

a) Deverá a empresa adotar boas práticas de Sustentabilidade Social, Econômica, Ambiental, Ética e Política, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução de poluição ambiental, garantindo que o maquinário utilizado esteja com as manutenções e regulagens em dia para minimizar a emissão de gases poluentes e ruídos.

b) Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº 11.328/2016 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

c) São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - Menor impacto sobre recursos naturais como fauna, flora, ar, solo e água, mediante a operação cuidadosa das máquinas em áreas de preservação ou margens de rios durante a zeladoria;

II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, priorizando a manutenção e o abastecimento da frota em fornecedores da região para reduzir o deslocamento e a pegada de carbono;

III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, utilizando métodos de limpeza e conservação das máquinas que evitem o desperdício;

IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local, contratando operadores residentes no município de Ponta Grossa;

V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra, garantindo que a tecnologia dos equipamentos locados seja moderna e eficiente;

VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, como o uso de sistemas hidráulicos de alta precisão que evitem vazamentos de óleo no solo;

VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras, com especial atenção ao descarte correto de pneus, baterias e óleos lubrificantes usados.

d) Deverá garantir que os insumos e peças de reposição sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, sempre que houver viabilidade técnica para o equipamento, conforme ABNT NBR - 15.448-1 e 15.448-2.

e) Garantir que os suprimentos e materiais de manutenção sejam preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, evitando a geração de resíduos desnecessários nos canteiros de serviço.

17. DA PROPOSTA COMERCIAL

17.1 Da aceitabilidade da proposta

I - Serão consideradas aceitáveis as propostas que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, especialmente quanto às especificações técnicas do maquinário, ano de fabricação, potência mínima exigida e qualificação dos operadores;

II - A proposta deverá ser formulada mediante a aplicação de percentual de desconto sobre o valor global do lote, sendo que o referido desconto incidirá de forma linear sobre todos os itens da planilha de referência, garantindo a exequibilidade dos preços unitários para cada categoria de máquina ou veículo;

III - A análise da aceitabilidade levará em conta a compatibilidade do desconto ofertado com os custos de insumos (combustíveis e lubrificantes), manutenção integral e encargos trabalhistas, podendo ser desclassificadas propostas com valores manifestamente inexequíveis que ponham em risco a continuidade dos serviços de zeladoria;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

IV - Para fins de comprovação da viabilidade econômica, a Administração poderá solicitar a apresentação da composição analítica de custos unitários, demonstrando que o valor da hora-máquina após o desconto cobre as despesas operacionais e os tributos incidentes;

V - Para fins de aceitabilidade técnica, o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, as fichas técnicas ou catálogos dos equipamentos que compõem os lotes, comprovando que o maquinário possui tecnologia compatível com as diretrizes de sustentabilidade e eficiência operacional exigidas para as secretarias municipais;

VI - A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação, e deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários para a prestação dos serviços nos locais indicados pela Administração Municipal de Ponta Grossa.

18. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

18.1 Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista.

18.1.1 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos ao Edital de licitação, visando comprovar a plena regularidade da empresa perante os órgãos competentes e o cumprimento dos direitos sociais e do trabalho.

18.2 Da habilitação técnica

18.2.1. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para fins de comprovação de sua aptidão técnica:

- **a) Atestado(s) de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação (locação de maquinário pesado e/ou serviços de zeladoria operacional);
 - *Nota:* A comprovação deverá incidir sobre as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo (itens que representem valor igual ou superior a 4% do valor total estimado), podendo ser exigida em quantidades mínimas de até 50% do estimado.
- **b) Declaração de Disponibilidade:** Declaração formal assinada pelo representante legal de que a empresa dispõe, ou disporá na data da contratação/ordem de serviço, do parque de máquinas e da equipe operacional (operadores habilitados) necessários para a execução fiel do objeto, conforme as especificações deste TR;
- **c) Ficha Técnica / Catálogo:** Apresentação de manuais, fichas técnicas ou memorial descritivo emitido pelo fabricante/fornecedor do maquinário ofertado, para fins de conferência, por parte da equipe técnica municipal, do ano de fabricação, potência, tração e demais requisitos operacionais e de segurança exigidos neste termo.

18.2.2. Da Dispensa de Registro Cooperativo: Conforme a natureza estritamente operacional e de zeladoria dos serviços, fica expressamente dispensada a apresentação de registro ou inscrição da empresa e de seus prepostos perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como a exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), privilegiando-se a ampla competitividade disposta no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3 Da habilitação econômico-financeira

18.3.1 Exigência de Balanço Patrimonial: Considerando que a contratação possui natureza de serviço contínuo e envolve valores de vulto e risco operacional, a comprovação da saúde financeira da licitante será feita mediante apresentação de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

18.3.2 A comprovação da situação financeira será avaliada pelos seguintes critérios:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

I – Obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,0 (um);

II – Comprovação de Patrimônio Líquido (PL) mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação (ou do lote arrematado), como garantia de solvência para os custos operacionais (combustível, manutenção e salários).

18.4 Da Análise da Documentação Contábil

18.4.1 A documentação de habilitação econômico-financeira será submetida à análise técnica do Setor Contábil do Município.

Responsável pela análise técnica/contábil:

- **Nome:** Luiz Sansana
- **Lotação:** Secretaria Municipal de Administração
- **Telefone:** (42) 3220-1000 – ramal 1362.

19. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/2021)

Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e a emissão da **Ordem de Serviço (OS)**, a empresa será convocada para a mobilização do objeto da seguinte forma:

19.1 Prazo de Mobilização:

19.1.1 A contratada deverá disponibilizar o maquinário, com os respectivos operadores, combustível e manutenção, no local indicado pela Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou comunicação oficial.

19.1.2 Em casos de emergência ou calamidade pública, o prazo de mobilização poderá ser reduzido para até 12 (doze) horas, conforme solicitação fundamentada da Secretaria requisitante.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

20.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.3 Os bens/serviços serão recebidos definitivamente, conforme art. 80, incisos I, alínea 'b' e II, alínea 'b' do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Outrossim, constatados vícios de quantidade e qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.

20.4 O produto deverá obedecer às normas padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente a finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

20.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade sobre a garantia dos produtos.

20.6 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pelo órgão requisitante e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

21. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

21.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2 A designação de Gestor e Fiscal será realizada pela Autoridade Competente, mediante Ordem de Serviço a ser publicada no Diário Oficial do Município, concomitantemente à formalização da contratação.

SECRETARIA MUNICIPAL	GESTOR T E GESTOR S	FISCAL ADM T E FISCAL ADM S	FISCAL T ÉC T E FISCAL T ÉC S	FISCAL SET T E FISCAL SET S
ADMINISTRAÇÃO	T: Andrea Luiza Nasseh Bach (33270) S: Estela Cordeiro Bahls (33300)	T: Maria Eduarda da Costa (33877) S: Maria Eduarda de Miranda Cieslak (36146)	T: Sergio Lucas Avilla da Silva (32214) S: José Lucas da Silva (32812)	T: Jean Moreira Ribeiro (24957) S: Marise Heleine Palhano Ferreira (32349)
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	T: Miguel Aurélio Droppa (33169) S: José Ricardo Dias (33449)	T: Maristela Ap. Fernandes Reis (22335) S: Dilecia José V. de Oliveira (17589)	T: Patricia Gerlinger Striquer (13097) S: N/A	T: N/A S: N/A
SERVIÇOS PÚBLICOS	T: Kathlin Dobrowolski Ferreira (33.039) S: César Augusto Amaral (21.220)	T: Fábio Vinicius Conrado (33501) S: Eurico Talevi Betim (30.640)	T: Josélia Ranieri Cogo (30.654) S: Victor Henrique Vaz Gasparello (31.990)	T: Valmir Machado (30.678) S: Juliar Agustini (30.658)
ESPORTES	T: Michel João Haddad Neto (3795) S: Carlos Henrique Pedroso (27548)	T: Divonsir Eleutério Rodrigues (27544) S: Patricia Skolimoski (30155)	T: Edmilson Julio da Silva (27544) S: Mario Issamu Yamada (29538)	T: Adelino Rodrigues Galvão (20975) S: Beatriz da Luz Silvestre (27534)
MEIO AMBIENTE	T: Allan Henrique de Araújo (31475) S: Agnaldo dos Reis da Silva (33545)	T: Olmiro Ramão Bianchini Filho (20879) S: Mauro Andrade (32734)	T: Jorge Luis Alves Ventura (14555) S: Igor Fabian de Goes Lopes (31649)	T: Francisco Carlos Miranda (8974) S: Pierson Calixto de Andrade (32307)

22. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea 'g' da Lei nº 14.133/2021)

22.1. A medição dos serviços será efetuada mensalmente e basear-se-á estritamente nas horas-máquina efetivamente trabalhadas e operadas, vedada a computação de períodos de ociosidade por falha mecânica, intervalos de manutenção ou falta de operador.

22.2. Para fins de aferição e fiscalização, a execução do objeto utilizará obrigatoriamente o Relatório Diário de Medição (Diário de Bordo), individualizado para cada equipamento/item, no qual constará o registro diário do horímetro (inicial e final), local da prestação dos serviços, descrição da atividade e assinatura conjunta do operador da contratada e do servidor designado como fiscal da Administração no local da obra.

22.3. Haverá a glosa ou redimensionamento proporcional no pagamento sempre que a CONTRATADA:

- Não atingir a produtividade esperada ou interromper a execução do serviço por falha técnica do maquinário;
- Deixar de executar as atividades com a qualidade e segurança mínimas exigidas ou em desacordo com as diretrizes da Ordem de Serviço; ou
- Utilizar operador sem a qualificação exigida ou equipamento com especificações inferiores às contratadas para o respectivo item.

22.4. A utilização do Relatório Diário de Medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos, sistemas eletrônicos ou telemetria para a avaliação e auditoria da prestação dos serviços.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

22.5. O pagamento das obrigações observará estritamente a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) Até 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento definitivo do Relatório de Medição Mensal aprovado pela fiscalização e acompanhado da respectiva Nota Fiscal; e
- b) Até 18 (dezoito) dias úteis para a efetivação do pagamento, a contar da data de liquidação da despesa.

22.6. O pagamento somente será processado e liberado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver devidamente atestada eletrônica ou fisicamente pela Fiscalização do Contrato.

22.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida individualizada por item/contrato e posteriormente à emissão do respectivo empenho, devendo vir obrigatoriamente instruída com os seguintes documentos de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, sob pena de retenção do pagamento:

- a) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- b) Certidão Conjunta de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e
- f) Comprovação do pagamento dos salários, encargos sociais e fornecimento de EPIs dos operadores alocados na execução do respectivo período medido, quando exigido pela fiscalização.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/2021

23.1 As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2026 e constam de movimento constante no processo SEI nº **038163/2026**.

23.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

23.3 No Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diz:

Art. 17º - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

24. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

24.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações - exercício 2026 - através das demandas das unidades administrativas, conforme constantes no processo SEI nº **038163/2026**.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. A CONTRATADA deve cumprir rigorosamente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo com exclusividade todos os riscos, custos e despesas decorrentes da boa, segura e perfeita execução do objeto por item adjudicado, observando as obrigações a seguir dispostas:

25.1.1. Responsabilizar-se civil, administrativa e regressivamente pelos vícios, defeitos, imperfeições ou danos decorrentes da execução do objeto, nos moldes da legislação civil e administrativa vigente.

25.1.2. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano material, moral ou estético causado diretamente à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência da operação do maquinário, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar diretamente dos pagamentos devidos ou da garantia contratual o valor correspondente aos prejuízos sofridos.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

25.1.3. Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal e o Relatório Diário de Medição para fins de liquidação e pagamento, os seguintes documentos de regularidade devidamente atualizados:

- a) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da contratada;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

25.1.4. Atender prontamente as determinações e notificações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, bem como prestar todo e qualquer esclarecimento, ficha técnica ou informação operacional por eles solicitados.

25.1.5. Comunicar ao fiscal do contrato por escrito, no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, avaria mecânica, sinistro ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços de hora-máquina.

25.1.6. Paralisar imediatamente, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade ou operação de máquina que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica, que utilize operador sem os devidos EPIs, ou que ponha em risco iminente a segurança de pessoas, redes de serviços públicos ou bens de terceiros.

25.1.7. Reparar, corrigir, remover ou reexecutar, às suas expensas exclusivas e no prazo fixado pela fiscalização do contrato, os serviços ou intervenções nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução operacional ou da inadequação do maquinário empregado.

25.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, sindicais e ambientais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município de Ponta Grossa e não poderá onerar o preço da hora-máquina contratada.

25.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para menor aprendiz, bem como as demais exigências de cotas fixadas na legislação correlata.

25.1.10. Sempre que solicitado pela fiscalização, comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o subitem anterior, no prazo máximo fixado pelo fiscal do contrato, mediante a apresentação da relação nominal de empregados.

25.1.11. Cumprir e fazer cumprir por parte de seus operadores, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e medicina do trabalho aplicáveis à operação de maquinário pesado e transporte rodoviário.

25.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica exigidas na fase de seleção do certame.

25.1.13. Disponibilizar os equipamentos em perfeitas condições operacionais, mecânicas e de conservação, providos de tanques de combustível abastecidos, lubrificados e prontos para o início imediato das atividades, nos prazos e locais determinados pelas respectivas Ordens de Serviço (OS).

25.1.14. Declarar pleno conhecimento e aceitação de todos os requisitos técnicos, do teor deste Termo de Referência e de seus anexos, não podendo invocar desconhecimento de dificuldades técnicas, geográficas ou logísticas para eximir-se do cumprimento das obrigações contratuais.

25.1.15. Assumir a responsabilidade integral por toda a logística, custos de mobilização, desmobilização, pranchas de transporte, combustíveis, óleos, graxas e ferramentais necessários para levar o maquinário pesado até o local indicado pelo Município, estando tais custos obrigatoriamente inclusos no preço unitário da hora-máquina.

25.1.16. Indicar e manter preposto formalmente constituído e aceito pela Administração para representá-la junto à fiscalização do Município durante todo o período de vigência contratual, com autonomia para tomar decisões operacionais imediatas.

25.1.17. Alocar operadores de máquinas devidamente habilitados (com Carteira Nacional de Habilitação na categoria compatível com a exigida por lei para cada tipologia de equipamento), uniformizados, identificados e portando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à natureza do serviço.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

25.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância à legislação ambiental e de posturas, mantendo a organização, a disciplina das equipes e as melhores condições de higiene nos locais de guarda temporária ou manutenção autorizada dos equipamentos.

25.1.19. Submeter previamente por escrito ao CONTRATANTE, para análise, justificativa técnica e aprovação, quaisquer necessidades de adequações operacionais ou substituições equivalentes de maquinário que fujam das especificações descritas para o item correspondente.

25.1.20. Não permitir a utilização de qualquer modalidade de trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, bem como proibir terminantemente o trabalho de menores de 18 (dezesesseis) anos em atividades noturnas, perigosas, insalubres ou que envolvam a operação direta de maquinário pesado.

25.1.21. Comunicar formalmente à fiscalização do CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data programada para o início dos trabalhos, eventuais motivos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados que impossibilitem temporariamente a mobilização do equipamento solicitado na Ordem de Serviço.

26. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

26.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

26.2 Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

26.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com a ata a ser firmado.

26.4 Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

26.5 Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.

26.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

26.7 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

26.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

26.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

26.11 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando o prazo para resposta da empresa e a sua ação corretiva.

26.12 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

26.13 Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

26.14 Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações.

27. MATRIZ DE RISCO

27.1 Em observância ao disposto no art. 22 e no art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece-se a presente Matriz de Riscos, que promove a repartição objetiva de responsabilidades lineares e encargos financeiros decorrentes de eventos supervenientes à homologação do certame, vinculando a Administração Pública e a Contratada ao longo de toda a execução contratual.

27.2. Tabela de Repartição Objetiva de Riscos

ID	Evento de Risco	Impacto Contratual	Grau de Risco	Medida Preventiva / Mitigadora	Alocação do Risco
1	Oscilação acentuada no preço de combustíveis e lubrificantes	Desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato.	Médio	Monitoramento dos índices oficiais (ANP/PCPA). Definição clara do período de reajuste ordinário.	Compartilhado: Flutuações normais de mercado são do risco da Contratada. Altas extraordinárias e imprevisíveis atraem a aplicação do art. 134 da Lei nº 14.133/2021 (Administração).
2	Quebras frequentes, falhas mecânicas ou sinistros no maquinário	Paralisação dos serviços de zeladoria e descumprimento de cronogramas das Secretarias.	Alto	Manutenção preventiva rigorosa por parte da Contratada. Previsão de substituição obrigatória do equipamento defeituoso em prazo estrito.	Contratada: Ônus exclusivo de manter a frota operacional e arcar com reparos, peças e logística de substituição.
3	Intempéries climáticas severas (Chuvvas prolongadas)	Paralisação temporária das atividades operacionais em campo.	Médio	Planejamento sazonal das Secretarias demandantes. Aferição rigorosa das horas efetivamente trabalhadas (horas produtivas).	Contratada: Como a medição ocorre estritamente por hora produtiva executada, a Contratada assume o risco de não faturamento nos intervalos de paralisação por chuva, não cabendo indenização por horas paradas.
4	Danos causados a terceiros ou ao patrimônio público durante a operação	Responsabilidade civil, processos judiciais de indenização e prejuízos ao erário.	Baixo	Treinamento obrigatório dos operadores. Uso de EPIs/EPCs. Supervisão técnica e fiscalização da Administração.	Contratada: Responsabilidade civil e administrativa integral por qualquer dano material ou pessoal causado por negligência, imperícia ou imprudência de seus prepostos.
5	Absenteísmo, greves ou dissídios coletivos da mão de obra (Operadores)	Falta de operadores para as máquinas pesadas, gerando ociosidade dos equipamentos.	Médio	Cumprimento integral da legislação trabalhista e convenções coletivas pela empresa. Manutenção de cadastro de reserva de operadores.	Contratada: Risco operacional estritamente associado à atividade empresarial. Não gera direito a dilação de prazos ou reequilíbrio.
6	Atraso na liberação de frentes de trabalho ou licenças por parte do Município	Ociosidade do maquinário mobilizado sem culpa da empresa licitante.	Médio	Planejamento prévio e emissão de Ordens de Serviço detalhadas apenas quando a área estiver apta para intervenção.	Administração: Risco decorrente do fato da Administração, gerando direito à readequação do cronograma se houver prejuízo comprovado à Contratada.

27.3. Do Detalhamento das Responsabilidades Operacionais e Financeiras

27.3.1. Das Intempéries Climáticas e Horas Produtivas: Fica expressamente ratificado que a contratação se dará pelo regime de execução de horas efetivamente trabalhadas. Eventuais paralisações decorrentes de chuvas ou condições climáticas adversas que inviabilizem o manejo seguro do maquinário pesado não ensejarão o pagamento de "horas paradas" ou "horas improdutivas". O risco financeiro decorrente da ociosidade forçada por fatores climáticos está embutido no BDI (Benefício e Despesas Indiretas) da Contratada.

27.3.2. Da Manutenção e Disponibilidade Operacional: A Contratada assume a obrigação de substituir qualquer equipamento que apresente defeito mecânico, elétrico ou estrutural no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da notificação formal realizada pela Fiscalização do Contrato. O descumprimento deste prazo caracterizará indisponibilidade do serviço, sujeitando a empresa à glosa das horas correspondentes e à aplicação das sanções administrativas previstas neste TR.

27.3.3. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro (Combustíveis): A variação ordinária dos preços de insumos (óleo diesel, gasolina e lubrificantes) dentro das margens comuns de mercado é de responsabilidade exclusiva da Contratada, integrando sua álea empresarial regular. A revisão contratual para fins de reequilíbrio econômico-financeiro com fulcro no preço dos combustíveis somente será admitida em caráter excepcional, caso reste cabalmente demonstrada a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, de impacto global ou nacionalizado, que subverta a própria viabilidade da execução contratual (álea extraordinária).





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

28. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

28.1. Independentemente do prazo de vigência original ou de prorrogações do contrato, o preço contratado poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

28.2. A contagem do prazo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste terá como data-base a data do orçamento estimado da Administração, que no presente caso foi formalizado com a consolidação do mapa de preços no dia 05/05/2026.

28.3. A concessão do reajuste será realizada por apostilamento ou termo aditivo ao contrato, podendo ser formalizada de ofício pela Administração.

28.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

28.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice oficial de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

28.6. Nas aferições e medições finais do contrato, o índice utilizado para fins de reajuste deverá ser obrigatoriamente o definitivo.

28.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado em sua substituição o índice que vier a ser determinado pela legislação federal ou municipal então em vigor.

28.8. Na ausência de previsão legal específica quanto ao índice substituto, as partes elegerão, em comum acordo e por meio de termo aditivo, novo índice oficial para o reajustamento do valor remanescente do contrato.

28.9. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser pleiteado caso surja fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio na equação econômico-financeira da proposta, desde que decorrente de evento imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis e insuperáveis, mesmo diante da conduta diligente da parte afetada.

28.10. Para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, deverão ser cumulativamente observados os seguintes requisitos: - I - O risco do evento ocorrido não se encontre distribuído na matriz de riscos como de responsabilidade da própria parte requerente; - II - O fator de desequilíbrio alegado não decorra, direta ou indiretamente, de ação culposa ou omissiva do requerente; - III - Fique cabalmente demonstrado e comprovado, por meio de nexo de causalidade e planilha analítica, que o desequilíbrio afetou severamente as condições financeiras originais da proposta.

28.11. O prazo para o CONTRATANTE analisar, manifestar-se e decidir sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro protocolado pela contratada é de até 30 (trinta) dias. - Parágrafo único: Caso a Administração ultrapasse o prazo estabelecido no caput sem justa causa técnica ou jurídica, sobre o montante eventualmente devido e reconhecido incidirá juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária calculada pelo índice oficial contratual.

28.12. A exclusão da contratada do regime tributário do Simples Nacional, seja por ato voluntário ou em razão da superação dos limites de receita bruta anual previstos no art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não constitui hipótese de caso fortuito ou força maior e não enseja direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

29. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

29.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

29.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

29.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

30. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

30.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 2

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº: 95/2026

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2. Na proposta escrita, deverá conter:

- a) os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacado;
- b) o prazo de validade da proposta;
- c) especificação e marca completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 1**, deste edital; e
- d) data e assinatura do Representante Legal da proponente.

3. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 1 deste edital.

3.1 O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

4. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

4.1 Deverá ser cotado preço unitário de acordo com o Anexo 1 do edital.

4.2 PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

6. PRAZO DE GARANTIA

6.1 A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos de acordo com o Anexo 1, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 De acordo com o especificado no Termo de referência deste edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídos eventuais custos indiretos como vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas com manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e o ciclo de vida.

8. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

8.1 De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A interposição de recurso suspende o prazo de validade de da proposta até decisão.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 3

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026.

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____
E-mail: _____

Na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de pregão eletrônico nº 95/2026, instaurada pelo Município de Ponta Grossa/PR, para fins de comprovação:

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que não estamos com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal suspensa.

DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

Declaramos que nos cinco (5) anos anteriores à divulgação deste procedimento, não fomos condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO COM AGENTES QUE ATUEM NA LICITAÇÃO

Declaramos que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 7º, III, art. 14, IV, art. 122, § 3º todos da Lei nº 14.133/2021.

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Declaramos que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.
2. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 001/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
3. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 027/2023, do IBAMA.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data

Sócio proprietário





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 4

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____
E-mail: _____

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade pregão eletrônico nº 95/2026, instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, que conhecemos e faremos cumprir rigorosamente todas as “Normas de Segurança no Trabalho”, na hipótese de nossa proposta ser declarada vencedora na presente licitação, conforme o constante na Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data

NOME
Assinatura





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 5

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PARQUE DE MÁQUINAS E EQUIPE TÉCNICA

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____
E-mail: _____

Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da lei, que dispomos, ou iremos dispor até a data da contratação, de parque de máquinas, equipamentos, veículos, ferramentas e equipe técnica especializada, incluindo operadores devidamente capacitados e em quantidade suficiente, necessários à execução fiel, adequada e tempestiva do objeto da licitação em referência, observadas todas as exigências previstas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

Declara, ainda, que os profissionais e equipamentos disponibilizados atenderão às normas técnicas, de segurança e operacionais aplicáveis à execução contratual, comprometendo-se a manter durante toda a vigência do contrato as condições necessárias para a perfeita execução dos serviços.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data

NOME
Assinatura





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 6

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ Sistema de Registro de Preços nº ____

Aos ____ dias do mês de ____ de ____ o **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900, inscrita no CNPJ sob o nº 76.175.884.0001-87, neste ato representada por ____, Secretário Municipal de ____, nomeado através do Decreto nº ____, publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia _____. Matrícula Funcional nº ____; e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão eletrônico nº ____/2025, publicado no Diário Oficial do Município de/...../.... SEI nº _____,

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, demais legislações vigentes, bem como em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual fornecimento de contratação de empresas para a prestação de serviços continuados de locação de máquinas e equipamentos pesados (linha amarela e transporte rodoviário), com operador, incluindo o fornecimento integral de combustíveis, lubrificantes e manutenção corretiva/preventiva, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão eletrônico nº 95/2026, que é parte integrante desta Ata.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: (Razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante, conta bancária: banco agência, nº conta)						
Lote	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unit R\$

2.1.1 O valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ ____.

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata;

2.3 Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

- 2.3.1 O Termo de Referência;
- 2.3.2 O Edital da Licitação;
- 2.3.3 A proposta do Contratado;
- 2.3.4 Eventuais anexos do processo.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

3 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

OU

3.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Legislação competente, e ainda:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.1.1 A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, podendo ser rejeitada se acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.1.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

3.1.3 O prazo previsto acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.1.4 O órgão ou entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante na qualidade de não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que limitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;

3.2 Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

I - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

III - Seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4 VALIDADE DA ATA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade.

5 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

5.1 Após a homologação da licitação, o fornecedor melhor classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade.

5.1.1 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada, aceita pela Administração;

5.1.2 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.1.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e formalizar nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.2 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

5.2.1 Será incluído na ata:

a) a relação dos fornecedores pela ordem de classificação final no processo licitatório e as respectivas quantidades a serem fornecidas;

b) o preço unitário do primeiro classificado com a menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;

c) o valor total estimado para aquisição;

d) os órgãos ou demais entes usuários do registro;

e) a alusão do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos e nas propostas, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;

5.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

6 CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.1 Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços;

6.1.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços têm características próprias e geram efeitos contratuais, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas na legislação vigente.

6.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.4 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.2 Havendo alteração contratual, estas serão realizadas por aditivo;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

6.3 A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, assinar ou retirar o instrumento contratual equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações passíveis: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, e impedimento de licitar pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos, conforme art. 5º, II e art. 8º, VII, ambos do Decreto Municipal 21.635/2023, das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

6.4 Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato, do objeto em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros remanescentes, na ordem de classificação ou promover nova licitação.

7 ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021;

7.1.1 Em caso de elevação dos preços registrados, devidamente comprovados, a readequação dos valores será precedida de análise criteriosa de acordo com o Decreto Municipal nº 21.500/2023 e orientações da Procuradoria Geral do Município.

7.2 O reequilíbrio de preços será realizado por aditivo, ou apostilamento conforme o caso.

8 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no item 24.2.1 o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado;

8.1.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.635/2023 e na legislação aplicável;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

8.2.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será convocado os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados;

8.2.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

8.2.4 Na hipótese de comprovação o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.3 A alteração nos valores praticados dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) houver o descumprimento das condições da Ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da Ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

9.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.3.1 Por razão de interesse público;

9.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.4 O cancelamento do Registro de Preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

9.5 As alterações na Ata de Registro de Preços serão realizadas por apostilamento.

10 CADASTRO DE RESERVA

10.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

10.1.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

10.1.2 Mantiverem sua proposta original.

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

10.3 O registro a que se refere o item 26.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

10.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

10.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

10.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

10.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

11.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

11.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

11.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento;

11.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

11.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

11.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

12 PENALIDADES

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;

12.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da legislação vigente;

12.1.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade;

12.2 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer ocorrência, que possa existir, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13 CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital, ou aviso de contratação direta e seus anexos, bem como as propostas vencedoras, que passam a fazer parte integrante deste





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

instrumento, independentemente de transcrições, e deverão ser executados fielmente pelas partes, obedecendo as determinações constantes na legislação vigente.

13.2 As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ata.

13.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

13.4 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade, nas seguintes hipóteses.

13.4.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

13.4.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

13.5 As partes elegem o foro da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente, oriundo desta Ata.

13.6 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

CONTRATADA
NOME

CONTRATANTE
NOME

TESTEMUNHAS:

NOME
CPF / MF

NOME
CPF / MF





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ / _____

PARTICIPANTES

	PARTICIPANTES								
Item									

CADASTRO DE RESERVA

Item	Ordem de Classificação /Fornecedor	CNPJ





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 7

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº XXXXX/XXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E A EMPRESA ____.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900, inscrita no CNPJ sob o nº 76.175.884.0001-87, neste ato representada por ____, Secretário Municipal de ____, nomeado através do Decreto nº ____, publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia _____. Matrícula Funcional nº ____; e,

CONTRATADA: **EMPRESA** ____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua ____, cidade de _____. Estado do _____. CEP: ____, telefone/celular (0xx) _____. E-mail: ____, inscrita no CNPJ nº ____, representada pelo Senhor(a) ____, função ____, portador da CIRG nº ____ e do CPF _____. E-mail: ____, telefone/celular (0xx) ____, conforme ato constitutivo da empresa ou procuração apresentada nos autos,

Tendo em vista o que consta no processo SEI nº _____ e em observância as disposições da Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis e complementares, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços nº _____/_____ do processo licitatório, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 A aquisição/fornecimento de _____, nas condições... (colocar as condições estabelecidas no Termo de Referência).

1.2 Especificação do objeto da contratação, conforme saldos a serem contratados:

Lote	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unit. R\$	Total R\$

1.3 Vinculam a contratação, independentemente de transcrição:

- a) termo de Referência;
- b) edital da Licitação;
- c) proposta do Contratado;
- d) eventuais anexos do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência deste contrato será de ____ dias corridos/ meses, contados da data de assinatura e terá sua eficácia após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município;

2.1.2 O início dos serviços se dará no máximo em até ____ (____) dias do recebimento da Ordem de Serviço emitido pela **CONTRATANTE**.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

2.1.2 Prazo para execução dos serviços é de até ____ **dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja efetivado antes do término da respectiva vigência, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata o item acima é condicionado ao ateste, pela área demandante, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto são os seguintes (colocar as condições estabelecidas no Termo de Referência).

3.2 O prazo para o fornecimento do material/execução dos serviços do presente Termo de Contrato é de até ____ dias a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, e deverá ser entregue de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

3.3 O objeto do presente Termo de Contrato, se estiver de acordo com as especificações do edital, será recebido:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e

b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, entre os limites mínimo e máximo de ____ % (____ por cento) a ____ % (____ dez por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições / parcelas do objeto:

4.1.1 _____

4.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.1.3 A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

4.1.4 A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.2 São vedadas:

4.2.1 A subcontratação da parcela principal da obrigação, de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

4.2.2 A subcontratação de empresas e MPE's, EPP's que estejam participando da licitação;

4.2.3 A subcontratação de empresas e MPE's, EPP's que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

4.2.4 A subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.5 A exigência de subcontratação para o fornecimento de bens;

4.3 São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.3.1 Indicar as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas e qualificadas pelas empresas interessadas no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

4.3.2 Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização conforme previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015;

4.4 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

4.5 Na hipótese de ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, quando exigida a subcontratação, a prioridade somente será aplicada se a fornecedora selecionada for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente;

4.6 A subcontratação dependerá de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação jurídica, fiscal e técnica necessários para a execução do objeto;

4.6.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ _____, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

Ou

5.2 O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2 O valor total da contratação é de R\$ _____.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.5 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1 O pagamento das obrigações aqui contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

a) 18 (dezoito dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

b) 18 (dezoito dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa

6.2 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

6.3 A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

6.3.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

6.3.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.3.3 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;

6.3.4 Certidão referente a regularidade municipal da sede da Contratada;

6.3.5 Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

6.3.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preço no dia __/__/2025.

7.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por termo aditivo.

7.9 Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.

7.10 O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.

7.11 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE. (Tem que constar explicitamente no contrato quais as obrigações específicas previstas no termo de referência. Não pode apenas se reportar ao TR).

8.1.1 Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.1.2 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.4 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.5 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.5.1 A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.7 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.

8.8 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.9 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.

8.10 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo de Contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

8.11 Observar para que, durante a vigência do presente Termo de Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.12 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.13 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

8.14 Solicitar junto ao setor de Notificações da Coordenação de Suprimentos da FMS a Notificação da CONTRATADA, por escrito, as incoerências, discrepâncias, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazos legais para a resposta da empresa e a sua ação corretiva

8.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.16 A preparação do terreno nivelado e devidamente compactado, execução de calçada externa tipo paver, poste com entrada de energia, fossa séptica e alambrado para fechamento externo do perímetro será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas, e ainda:

9.1.1 Constar explicitamente no contrato quais as obrigações específicas previstas no termo de referência. Não pode apenas se reportar ao TR.

9.1.2 ...

9.1.3 ...

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.4 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados documentos:

- 9.4.1** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.4.2** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.4.3** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
- 9.4.4** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 9.4.5** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.6 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.7 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.11 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.13 É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

9.14 Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar o manual do usuário e termo de garantia do objeto.

9.15 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

9.16 Toda a mão de obra, necessária para a correta logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas ficarão sob a responsabilidade da empresa contratada;

9.17 Indicar preposto para representá-la durante a execução do Termo de Contrato.

9.18 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 20.533/2022, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação independentemente de declaração ou de aceitação expressa, em especial a;

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios, aplicados na legislação citada;

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

11.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.1 A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133/2021 em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o CONTRATADO será depositário:

11.1.1 BEM 1..... Valor

11.1.2 BEM 2Valor

....

TOTAL Valor total

11.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 0 deste contrato.

11.5 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

11.8 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **11.7**, observada a legislação que rege a matéria.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

11.9 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

11.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

11.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.17 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.18 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11.19 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

12.1.2 Multa compensatória:

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

12.1.2.1 De 2% (dois) por cento a 10% (dez) por cento sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) em caso de recusa do adjudicatário em assinar os contratos derivados de ata de registro de preços ou documento equivalente, no prazo estabelecido.
- b) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

12.1.2.2 De 11% (onze) por cento a 20% (vinte) por cento sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

12.1.2.3 De 21% (vinte e um) por cento a 30% (trinta) por cento sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza.
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e do contrato.
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

12.1.3 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta) por cento do valor CONTRATADO. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade.
- b) descontado do valor da garantia prestada.
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis.
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

12.1.4 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

12.1.4.1 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

a) não celebrar o contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

12.1.4.3 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado.
- b) dar causa à inexecução total do contrato.

12.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 que o CONTRATADO está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mencionado decreto.

12.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

12.3.1 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa,





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente.

14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3 A rescisão deste Termo de Contrato implicará retenção de crédito decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2023, conforme abaixo:

.....

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.3 As adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento do contrato, serão vinculadas a este instrumento, através de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados.

16.3 Gestor do Contrato

Nome:

Matrícula:

16.4 Fiscal Administrativo

Nome:

Matrícula:

16.5 Fiscal Técnico

Nome:

Matrícula:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

18.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

19.2 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,

20.2 Fica eleito o foro da Comarca de PONTA GROSSA, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, ____ de ____ de ____.

XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 8

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026

PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO

Identificação do Termo Contratual			
Contrato nº			
Data de Assinatura			
Data de Publicação			
Valor Contratual			
Prazo de Vigência	Data Inicial	Data Final	
Empenho	Nº	Valor	Data
Data de Emissão da Ordem de Serviço			
Prazo de Execução	Data Inicial	Data Final	
Edital de Licitação nº			
Objeto do Contrato:			
Obrigações do Contratante: (colocar o que está previsto no contrato e o que foi estipulado como critérios de aferição notificados para a empresa)			
Condições da Prestação			
() Excelente:	Atendidas todas as condições do contrato e do edital, com bens e serviços de ótima qualidade.		
() Ótima:	Atendidas as condições do contrato e do edital com bens e serviços que atendem as exigências básicas da legislação.		
() Boa:	Atendida a parte essencial do contrato, havendo necessidade de se observar os critérios colocados, no prazo de 30 dias, sob pena de apontamento para penalidade.		
() Ruim:	Não foram atendidas as necessidades essenciais ou não foram atendidos os critérios colocados no prazo definido.		
Quanto a documentação			
A empresa apresentou certidão negativa de débitos municipais	() Sim	() Não	
A empresa apresentou certidão de regularidade quanto ao FGTS	() Sim	() Não	
A empresa apresentou certidão negativa previdenciária	() Sim	() Não	
A empresa apresentou rol de pessoas que trabalham na execução do serviço*	() Sim	() Não	
A empresa apresentou quadro de horário dos empregados*	() Sim	() Não	





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

A empresa apresentou os contratos que mantém com outras empresas em caso de ser permitida total ou em parte a terceirização de serviços	() Sim () Não
A empresa apresentou comprovante de recolhimento de encargos sociais contendo o nome dos empregados que prestam serviços relativos ao contrato com o Município	() Sim () Não
A empresa apresentou comprovante de retenção/pagamento de IR e INSS relativo ao contrato dos terceirizados	() Sim () Não

(*) somente para prestadoras de serviços.

Condições dos Produtos	
() Excelente:	Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.
() Ótima:	De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.
() Regular:	Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade.
() Irregular:	Os serviços não estão de acordo com as normas técnicas. (Neste caso tirar foto do serviço, anexando ao processo, certificando o entregador e pegando a assinatura de duas testemunhas no local.
Situações não atendidas: (especificar a obrigação constante no contrato e em que sentido deixou de ser atendida).	
Atrasos ocorridos: (especificar data prevista para entrega, informar se houve notificação quanto ao atraso, informar se posteriormente ocorreu a entrega).	

Condições dos serviços	
() Excelente:	Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.
() Ótima:	De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.
() Regular:	Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade.
() Irregular:	Os serviços não estão sendo prestados em conformidade com o desejado pela Secretaria ou pelos usuários. (neste caso relatar a situação, por exemplo, falta de pessoal, falta de material, falta de urbanidade no atendimento)
Observações complementares	
Situações não atendidas	
()	Os prestadores de serviço da contratada não estão registrados corretamente.
()	Os prestadores de serviço da contratada não estão ligados à empresa por meio de contrato de prestação de serviços
()	Há irregularidade nos pagamentos aos contratados





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

()	Não há recolhimento de encargos sobre a prestação de serviços dos contratados
()	Não estão sendo cumpridas regras básicas trabalhistas (fornecimento de uniforme, pagamento de horas extras, pagamento de adicional de insalubridade, etc. Neste caso especificar o que se verificou a falta).
()	Está ocorrendo terceirização de serviços ou sub contratação, não havendo permissão neste sentido no contrato.
Observações gerais: (fazer observações por escrito em cada item ou colocar: “nada a apontar”).	
a) Quanto à necessidade de notificação para regularização de item apontado:	
b) Alertas sobre necessidade de prorrogação do contrato, no caso do serviço ou bem ser considerado de qualidade e necessário ao serviço público:	
c) Alerta sobre necessidade de averiguação de quantitativos para mais ou menos para atender as necessidades do poder público:	
d) Alerta sobre a necessidade de se iniciar estudos para nova contratação, uma vez que o contratante não está atendendo as necessidades da administração pública:	
e) Alerta quanto à necessidade de recomposição de equilíbrio econômico financeiro: (neste caso o Departamento Administrativo da Secretaria deverá fazer planilha comparando os preços do mercado na data da contratação, os preços contratados e os preços praticados por pelo menos 3 empresas em face dos mesmos serviços, demonstrando que o preço não está de acordo com o mercado, sendo necessário ajuste. Informar ainda que o motivo excepcional, não passível de previsão por ocasião da contratação gerou aumento de valor que impossibilita a regular continuidade do contrato)	
f) Outros: (relatar por escrito suas observações sobre o cumprimento do contrato, tendo como premissa que a Administração Municipal pretende sempre o melhor serviço/produto).	
Alterações do Termo Contratual (informar todas as alterações realizadas durante o período)	
Termos de Aditivo	
Termos de Apostilamento	
Retificações	
Informações do Saldo	





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Valor Empenhado	
Valor Pago	
Saldo	
Órgão responsável pela gestão do Contrato:	
Identificação do Fiscal responsável	Nome:
	Matrícula Funcional:
Período fiscalizado	
Em, ____ / ____ / ____	
Carimbo e Assinatura do Fiscal	





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 9

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 95/2026

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

01. O contrato será gerido pela _____ da _____ Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
02. Os Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre a área demandante e a prestadora de serviços serão telefone, WhatsApp, e-mail e ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
03. A CONTRATADA deverá designar um Representante Legal da empresa, com poderes para a resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também endereços, telefones (fixo e celular), e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
04. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será com base no resultado do IMR, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:
05. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de Referência e na proposta.
06. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
07. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante relatório do Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
08. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
09. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
10. Será adotado o instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) que é baseado em um Fator de Qualidade, obtido como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor designado para tal. Dessa forma, busca-se incluir critério de desempenho para os serviços seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
11. O procedimento detalhado a seguir visa a unificação dos critérios de avaliação com efeitos na remuneração do fornecedor do serviço.
12. O fator de qualidade será obtido por meio da nota obtida na avaliação periódica efetuada pelo servidor responsável.
13. Ao final de cada período, de 30 dias, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade, no qual constará todas as informações sobre a execução do serviço – Parâmetros de Fiscalização. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.
14. As falhas na qualidade dos serviços serão registradas pelos fiscais nos formulários de registro de ocorrência conforme o tipo e o volume de falhas.
15. Cada ocorrência deverá ser registrada no formulário de registro de ocorrência pelo servidor fiscal, no qual deverão ser preenchidas todas as informações no documento com a respectiva identificação do item ou itens em que foram verificadas as ocorrências. Todos os tipos de ocorrências referem-se às obrigações descritas no Termo de Referência;
16. Para comprovação da qualidade dos materiais e EPIs fornecidos, caso haja dúvida, deverão ser disponibilizadas amostras padrão para comparação.
17. Todos os achados deverão ser fotografados e registrados com localização e horário da verificação.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

18. O relatório de fiscalização deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo as provas produzidas
19. Depois de concluído, o relatório deverá ser tempestivamente incluído em processo via SEI, a ser aberto pelo fiscal do contrato, acompanhado do IMR., assinado pelo servidor responsável;
20. Visando manter paralelo com a Administração, as eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato. Caso ocorram, os recursos interpostos (segunda instância) deverão ser dirigidos aos Gestores do Contrato.
21. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços, que será solicitada pelo Gestor do Contrato.
22. No caso de a CONTRATADA não atingir media suficiente, fica facultada ao CONTRATANTE a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.
23. A fim de não haver descontinuidade dos serviços, no caso acima, o CONTRATANTE poderá aguardar a efetivação de nova contratação para rescindir unilateralmente o contrato.
24. Cada descumprimento de contrato é considerado uma ocorrência. Após o somatório das ocorrências, com seus respectivos pesos, será feita a correlação com os percentuais de desconto na nota fiscal.
25. Os critérios de pagamento estão previstos no Termo de Referência.

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR		
RELATÓRIO MENSAL		
SERVIÇO		
Nº CONTRATO		
FISCAL DO CONTRATO		
MÊS DE REFERÊNCIA		
VIGÊNCIA		
Mecanismo de cálculo	Faixas de ajuste no pagamento / Classificação	
Cada problema será verificado e classificado conforme abaixo: A, B e C	Se as metas cumpridas = 100% do valor da fatura do mês. Se "A" ocorre = desconto de 3% no valor da fatura do mês. Se "B" ocorre = desconto de 5% no valor da fatura do mês. Se "C" ocorre = desconto de 9% no valor da fatura do mês. Os descontos poderão ser efetuados cumulativamente.	
Sanções		
Advertência a cada duas ocorrências iguais ou diferentes. Multa de 3% do valor do contrato no caso de duas advertências. Multa de 5% do valor do contrato no caso de três advertências. Multa de 9% do valor do contrato no caso de quatro advertências. Rescisão contratual + multa de 12% do valor do contrato no caso de ocorrência que ensejaria a quinta advertência. As multas poderão ser cumulativas e reiteradas, sempre que se repetir o motivo, não podendo ultrapassar a 20% do valor do contrato. As multas aplicadas poderão ser descontadas do pagamento devido à CONTRATADA, ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.		
AFERIÇÃO	Mecanismo de cálculo	CLASSIFICAÇÃO

AFERIÇÃO E MECANISMOS DE CÁLCULO DEVERÃO SER ADAPTADOS DE ACORDO COM CADA OBJETO/SERVIÇO.

